

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

## NOSSO PROPÓSITO

é oferecer uma *alimentação acessível e de qualidade* para todos os brasileiros e brasileiras, com base em 3 pilares:



**combate  
à fome**  
E DESIGUALDADE



**inclusão e  
DIVERSIDADE**



**proteção  
do planeta**  
E BIODIVERSIDADE



**GRUPO  
CARREFOUR  
BRASIL**



Carrefour



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



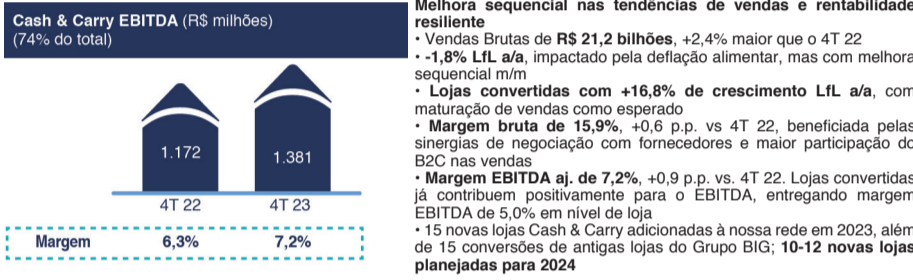
# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Atacadão S.A. - CNPJ nº 75.315.333/0001-09

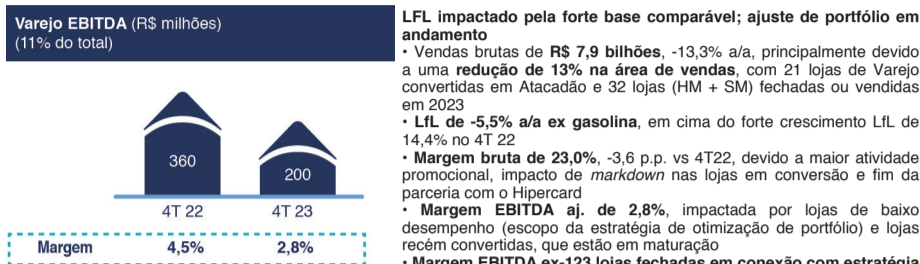
## RESULTADOS 4T 2023 MELHORA NA DINÂMICA DE VENDAS; ESTRATÉGIA DE OTIMIZAÇÃO DE ALOCAÇÃO DE ATIVOS EM ANDAMENTO



Vendas Brutas de R\$ 31,1 bilhões, queda de 1,2% a/a, com -0,5% deflação alimentar em 2023  
**Margem EBITDA aj. de 6,7%**, com disciplina de custos e sinergias gerando uma redução de 1,3 p.p. no SG&A como % das vendas. Contribuição positiva do antigo Grupo BIG para o EBITDA, com lojas convertidas continuando a maturação  
**Lucro líquido aj. de R\$ 520 milhões** no 4T 23  
**Estratégia de otimização de portfólio e maximização de retorno sobre ativos existentes** anunciada durante o evento Investor Morning (Nov/23) em andamento.  
**Conversões de lojas do Varejo para Atacadão e Sam's Club:** 6 lojas fechadas em Dez-23 a serem reabertos no 1T 24 (5 hipermercado + 1 supermercado grande);  
**Venda ou fechamento de lojas não rentáveis:** 104 lojas de Varejo não rentáveis vendidas ou fechadas permanentemente até ao final de Jan-24 (16 HM, 88 SM; 11 no 4T 23 e 93 em Jan-24)

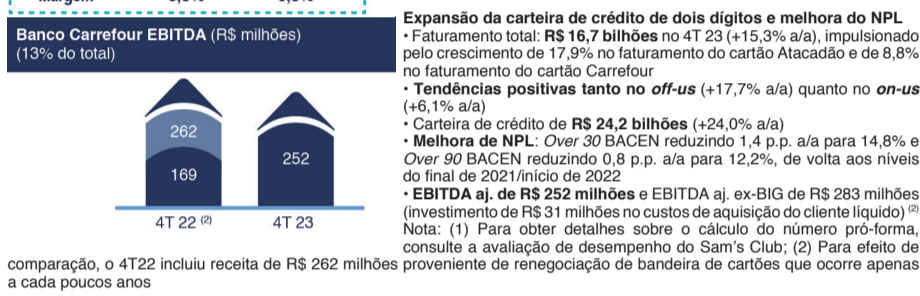
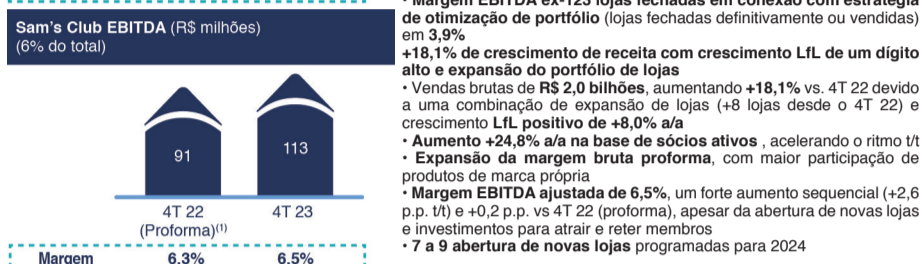


**Melhora sequencial nas tendências de vendas e rentabilidade resiliente**  
 • Vendas Brutas de R\$ 21,2 bilhões, +2,4% maior que o 4T 22  
 • -1,8% LfL a/a, impactado pela deflação alimentar, mas com melhora sequencial m/m  
 • Lojas convertidas com +16,8% de crescimento LfL a/a, com maturação de vendas como esperado  
 • Margem bruta de 15,9%, +0,6 p.p. vs 4T 22, beneficiada pelas sinergias de negociação com fornecedores e maior participação do B2C nas vendas  
 • Margem EBITDA aj. de 7,2%, +0,9 p.p. vs. 4T 22. Lojas convertidas já contribuem positivamente para o EBITDA, entregando margem EBITDA de 5,0% em nível de loja  
 • 15 novas lojas Cash & Carry adicionadas à nossa rede em 2023, além de 15 conversões de antigas lojas do Grupo BIG; 10-12 novas lojas planejadas para 2024



### LFL impactado pela forte base comparável; ajuste de portfólio em andamento

• Vendas brutas de R\$ 7,9 bilhões, -13,3% a/a, principalmente devido a uma redução de 13% na área de vendas, com 21 lojas de Varejo convertidas em Atacadão e 32 lojas (HM + SM) fechadas ou vendidas em 2023  
 • LfL de -5,5% a/a ex gasolina, em cima do forte crescimento LfL de 14,4% no 4T 22  
 • Margem bruta de 23,0%, -3,6 p.p. vs 4T22, devido a maior atividade promocional, impacto de markdown nas lojas em conversão e fim da parceria com o HiperCard  
 • Margem EBITDA aj. de 2,8%, impactada por lojas de baixo desempenho (escopo da estratégia de otimização de portfólio) e lojas recém convertidas, que estão em maturação  
 • Margem EBITDA ex-123 lojas fechadas em conexão com estratégia de otimização de portfólio (lojas fechadas definitivamente ou vendidas) em 3,9%  
 • +18,1% de crescimento de receita com crescimento LfL de um dígito alto e expansão do portfólio de lojas  
 • Vendas brutas de R\$ 2,0 bilhões, aumentando +18,1% vs. 4T 22 devido a uma combinação de expansão de lojas (+8 lojas desde o 4T 22) e crescimento LfL positivo de +8,0% a/a  
 • Aumento +24,8% a/a na base de sócios ativos , acelerando o ritmo t/t  
 • Expansão da margem bruta proforma, com maior participação de produtos de marca própria  
 • Margem EBITDA ajustada de 6,5%, um forte aumento sequencial (+2,6 p.p. t/t) e +0,2 p.p. vs 4T 22 (proforma), apesar da abertura de novas lojas e investimentos para atrair e reter membros  
 • 7 a 9 abertura de novas lojas programadas para 2024



**Expansão da carteira de crédito de dois dígitos e melhora do NPL**  
 • Faturamento total: R\$ 16,7 bilhões no 4T 23 (+15,3% a/a), impulsionado pelo crescimento de 17,9% no faturamento do cartão Atacadão e de 8,8% no faturamento do cartão Carrefour  
 • Tendências positivas tanto no off-us (+17,7% a/a) quanto no on-us (+6,1% a/a)  
 • Carteira de crédito de R\$ 24,2 bilhões (+24,0% a/a)  
 • Melhora de NPL: Over 30 BACEN reduzindo 1,4 p.p. a/a para 14,8% e Over 90 BACEN reduzindo 0,8 p.p. a/a para 12,2%, de volta aos níveis do final de 2021/início de 2022  
 • EBITDA aj. de R\$ 252 milhões e EBITDA aj. ex-BIG de R\$ 283 milhões (investimento de R\$ 31 milhões nos custos de aquisição do cliente líquido)  
 Nota: (1) Para obter detalhes sobre o cálculo do número pró-forma, consulte a avaliação de desempenho do Sam's Club; (2) Para efeito de comparação, o 4T22 incluiu receita de R\$ 262 milhões proveniente de renegociação de bandeira de cartões que ocorre apenas a cada poucos anos

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Sam's Club			Banco Carrefour		
	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%
Vendas brutas	31.085	31.477	-1,2%	21.230	20.723	2,4%	7.875	9.078	-13,3%	1.980	1.677	18,1%			
Vendas brutas ex gasolina	30.242	30.687	-1,5%	21.230	20.723	2,4%	7.032	8.288	-15,1%	1.980	1.677	18,1%			
<b>Vendas líquidas</b>	<b>28.062</b>	<b>28.158</b>	<b>-0,3%</b>	<b>19.258</b>	<b>18.636</b>	<b>3,2%</b>	<b>7.060</b>	<b>8.074</b>	<b>-12,6%</b>	<b>1.744</b>	<b>1.448</b>	<b>20,5%</b>			
Outras receitas (1)	1.552	1.694	-8,4%	62	61	0,6%	240	247	-2,8%	25	26	-2,0%	1.238	1.368	(9,5%)
Receitas totais	29.614	29.852	-0,8%	19.319	18.697	3,3%	7.300	8.321	-12,3%	1.770	1.473	20,1%	1.238	1.368	(9,5%)
Lucro bruto	5.625	6.113	-8,0%	3.058	2.852	7,2%	1.621	2.147	-24,5%	381	379	0,5%	578	743	(22,2%)
Margem bruta	20,0%	21,7%	-1,7 p.p.	15,9%	15,3%	0,6 p.p.	23,0%	26,6%	-3,6 p.p.	21,8%	26,2%	-4,3 p.p.			
Despesas SG&A (2)	(3.770)	(4.152)	-9,2%	(1.681)	(1.684)	-0,2%	(1.436)	(1.797)	-20,1%	(269)	(268)	0,2%	(326)	(312)	4,5%
SG&A de vendas líquidas	13,4%	14,7%	-1,3 p.p.	8,7%	9,0%	-0,3 p.p.	20,3%	22,3%	-1,9 p.p.	15,4%	18,5%	-3,1 p.p.			
<b>EBITDA ajustado (1)(2)</b>	<b>1.875</b>	<b>1.974</b>	<b>-5,0%</b>	<b>1.381</b>	<b>1.172</b>	<b>17,9%</b>	<b>200</b>	<b>360</b>	<b>-44,5%</b>	<b>113</b>	<b>111</b>	<b>1,9%</b>	<b>252</b>	<b>431</b>	<b>(41,5%)</b>
Margem EBITDA aj.	6,7%	7,0%	-0,3 p.p.	7,2%	6,3%	0,9 p.p.	2,8%	4,5%	-1,6 p.p.	6,5%	7,7%	-1,2 p.p.			
<b>EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG (1)(2)(3)</b>	<b>1.827</b>	<b>2.066</b>	<b>-11,5%</b>	<b>1.310</b>	<b>1.340</b>	<b>(2,3%)</b>	<b>306</b>	<b>394</b>	<b>-22,3%</b>				<b>283</b>	<b>431</b>	<b>(34,4%)</b>
Margem EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG	8,0%	8,9%	-0,9 p.p.	7,6%	7,8%	-0,1 p.p.	5,4%	6,6%	-1,2 p.p.						
<b>Lucro líquido</b>	<b>(565)</b>	<b>426</b>	<b>-232,6%</b>												
Margem líquida	-2,0%	1,5%	-3,5 p.p.												
<b>Lucro líquido ajustado, controlador</b>	<b>520</b>	<b>550</b>	<b>-5,4%</b>												
Margem líquida ajustada	1,9%	2,0%	-0,1 p.p.												

Notas: (1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -13 milhões e R\$ -8 milhões entre Banco e Varejo no 4T 23 e 4T 22, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -58 milhões e R\$ -91 milhões no 4T 23 e 4T 22, respectivamente; (3) Ajustado para excluir impacto de R\$ 31 milhões no Banco proveniente de custos de aquisição de clientes em lojas convertidas

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Sam's Club			Banco Carrefour		
	2023	2022	Δ%	2023	2022	Δ%	2023	2022	Δ%	2023	2023	2022	Δ%	2023	2022
Vendas brutas	115.458	108.052	6,9%	79.110	74.473	6,2%	30.063	30.077	0,0%	6.284					
Vendas brutas ex gasolina	112.147	104.642	7,2%	79.110	74.473	6,2%	26.753	26.667	0,3%	6.284					
<b>Vendas líquidas</b>	<b>103.912</b>	<b>97.389</b>	<b>6,7%</b>	<b>71.437</b>	<b>67.352</b>	<b>6,1%</b>	<b>26.949</b>	<b>26.958</b>	<b>0,0%</b>	<b>5.526</b>					
Outras receitas (1)	5.947	5.501	8,1%	290	211	37,8%	841	816	3,1%	56	4.793	4.446	7,8%		
Receitas totais	109.859	102.890	6,8%	71.726	67.563	6,2%	27.790	27.773	0,1%	5.583	4.793	4.446	7,8%		
Lucro bruto	20.672	19.649	5,2%	11.056	10.024	10,3%	6.433	6.723	-4,3%	1.136	2.092	2.220	-5,8%		
Margem bruta	19,9%	20,2%	-0,3 p.p.	15,5%	14,9%	0,6 p.p.	23,9%	24,9%	-1,0 p.p.	20,5%					
Despesas SG&A (2)	(15.038)	(13.079)	15,0%	(6.547)	(5.604)	16,8%	(5.820)	(5.535)	5,1%	(860)	(1.351)	(1.170)	15,5%		
SG&A de vendas líquidas	14,5%	13,4%	1,0 p.p.	9,2%	8,3%	0,8 p.p.	21,6%	20,5%	1,1 p.p.	15,6%					
<b>EBITDA ajustado (1)(2)</b>	<b>5.717</b>	<b>6.623</b>	<b>-13,7%</b>	<b>4.510</b>	<b>4.433</b>	<b>1,7%</b>	<b>633</b>	<b>1.228</b>	<b>-48,5%</b>	<b>276</b>	<b>741</b>	<b>1.050</b>	<b>-29,4%</b>		
Margem EBITDA aj.	5,5%	6,8%	-1,3 p.p.	6,3%	6,6%	-0,3 p.p.	2,3%	4,6%	-2,2 p.p.	5,0%					
<b>EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG (1)(2)(3)</b>	<b>6.094</b>	<b>6.534</b>	<b>-6,7%</b>	<b>4.621</b>	<b>4.565</b>	<b>1,2%</b>	<b>991</b>	<b>1.246</b>	<b>-20,5%</b>		<b>924</b>	<b>1.050</b>	<b>-12,0%</b>		
Margem EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG	6,4%	7,6%	-1,2 p.p.	7,2%	7,2%	0,0 p.p.	4,6%	5,6%	-1,0 p.p.						
<b>Lucro líquido</b>	<b>(795)</b>	<b>1.739</b>	<b>-145,7%</b>												
Margem líquida	-0,8%	1,8%	-2,6 p.p.												
<b>Lucro líquido ajustado, controlador</b>	<b>386</b>	<b>1.821</b>	<b>-78,8%</b>												
Margem líquida ajustada	0,4%	1,9%	-1,5 p.p.												

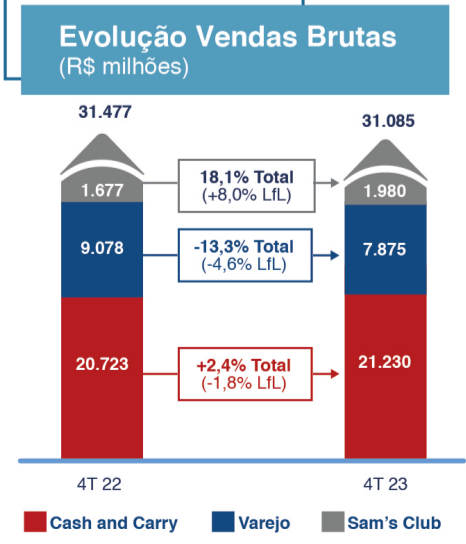
Notas: (1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -13 milhões e R\$ -8 milhões entre Banco e Varejo no 4T 23 e 4T 22, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -58 milhões e R\$ -91 milhões no 4T 23 e 4T 22, respectivamente; (3) Ajustado para excluir impacto de R\$ 31 milhões no Banco proveniente de custos de aquisição de clientes em lojas convertidas.

### Destaques do 4T 23 Mensagem do CEO:

2023 foi realmente um ano de transformação para o Grupo Carrefour Brasil. Finalizamos a integração do Grupo BIG e a conversão de 129 lojas de grande formato em velocidade recorde e com rigorosa disciplina financeira, e estamos no caminho para capturar plenamente as sinergias esperadas. Concluído isso, passamos a agilizar e simplificar as operações, para que o Carrefour Brasil se torne mais forte e ágil para navegar no macroambiente em constante mudança. Conforme compartilhado em nosso evento Investor Morning de novembro de 2023, planejamos ajustar nossa rede de lojas, investindo na expansão contínua de nossa presença no Atacadão e Sam's Club e eliminando lojas que estruturalmente não entregam níveis de rentabilidade alinhados com nossas expectativas. Analisamos minuciosamente o desempenho do nosso portfólio de lojas e decidimos converter aproximadamente 40 lojas até 2026 e vender ou fechar mais de 100 lojas, a fim de otimizar a alocação do portfólio de ativos e maximizar o retorno dos ativos existentes. Uma vez tomada a decisão, agimos rapidamente para implementá-la e, no final de janeiro de 2024, a maior parte da reestruturação estava concluída. Temos certeza de que entraremos em 2024 com um portfólio completo de lojas de alto desempenho, equipe e estrutura do tamanho certo e bem preparados para aproveitar as oportunidades que o próximo ano apresentará. Nosso foco no ano que está por vir é continuar buscando as melhores formas de atender nossos clientes, reafirmando nossa posição como varejista alimentar #1 do Brasil.

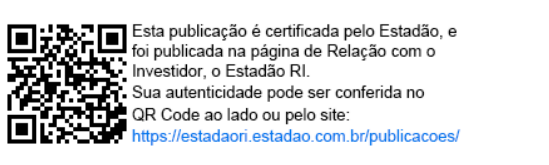
## RESULTADOS CONSOLIDADOS

**Vendas: melhora na tendência sequencial**  
 As vendas consolidadas do Grupo Carrefour Brasil totalizaram R\$ 31,1 bilhões no 4T 23, -1,2% a/a, com vendas LfL caindo -1,8% no Atacadão e -5,5% ex-gasolina no Carrefour Varejo, enquanto Sam's Club registrou fortes +8,0% de crescimento LfL no trimestre. Os resultados ainda foram impactados pelo ambiente deflacionário (inflação alimentar de -0,5% nos últimos 12 meses, segundo o IBGE), embora tenhamos observado tendências de melhora de preços e volumes na segunda parte do trimestre (com inflação alimentar m/m positiva em novembro e dezembro). O GMV do e-commerce totalizou R\$ 2,8 bilhões no 4T 23, +38,5% superior ao 4T 22, aumentando sua penetração e atingindo 9,3% das vendas. O forte desempenho do e-commerce foi liderado pelo 1P alimentar, que registrou crescimento de 93,7% a/a, impulsionado pelo canal digital do Atacadão, que mais que dobrou em relação ao 4T 22. O faturamento bruto do Banco Carrefour atingiu R\$ 16,7 bilhões no 4T, +15,3% a/a, à medida que continuamos a captar novos clientes em lojas recentemente convertidas.



	4T 22		4T 23		Expansão	Total (-%)
	LFL	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário	LfL c/ efeito Calendário e impacto works		
Cash and Carry(1)	10,0%	21.230	-1,8%	-2,8%	5,2%	2,4%
Varejo (s/gasolina)(2)	14,4%	7.032	-5,5%	-6,4%	-8,7%	-15,1%
Petrol	-22,3%	843	3,9%	3,9%	2,9%	6,8%
Varejo (c/gasolina)(2)	8,8%	7.875	-4,6%	-5,4%	-7,8%	-13,3%
Sam's Club	n.a.	1.980	8,0%	7,2%	10,9%	18,1%
<b>Consolidated (s/gasolina)</b>	<b>11,1%</b>	<b>30.242</b>	<b>-2,2%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>1,7%</b>	<b>-1,5%</b>
<b>Consolidated (c/gasolina)</b>	<b>9,7%</b>	<b>31.085</b>	<b>-2,0%</b>	<b>-2,9%</b>	<b>1,7%</b>	<b>-1,2%</b>
Fat. Banco Carrefour	n.a.	16.702	n.a.	n.a.	n.a.	15,3%

Notas: (1) Inclui antigas lojas do Grupo BIG convertidas em Atacadão. No cálculo do crescimento LfL estão incluídas todas as antigas lojas Maxi e hipermercado BIG, exceto no período em que foram impactados pelas obras de conversão no 4T 22; (2) Inclui o legado Carrefour Varejo, antigas lojas do Grupo BIG convertidas em Hipermercado Carrefour e bandeiras Nacional, TodoDia e Bom Preço. No cálculo do crescimento LfL foram incluídas todas as antigas lojas do Grupo BIG, exceto no período em que foram impactadas pelas obras de conversão no 4T 22.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Rentabilidade: margens resilientes no C&C e ponto de inflexão para as antigas operações do Grupo BIG

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Sam's Club			Banco Carrefour		
	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%	4T 23	4T 22	Δ%
Vendas brutas	31.085	31.477	-1,2%	21.230	20.723	2,4%	7.875	9.078	-13,3%	1.980	1.677	18,1%			
Vendas brutas ex gasolina	30.242	30.687	-1,5%	21.230	20.723	2,4%	7.032	8.288	-15,1%	1.980	1.677	18,1%			
<b>Vendas líquidas</b>	<b>28.062</b>	<b>28.158</b>	<b>-0,3%</b>	<b>19.258</b>	<b>18.636</b>	<b>3,2%</b>	<b>7.060</b>	<b>8.074</b>	<b>-12,6%</b>	<b>1.744</b>	<b>1.448</b>	<b>20,5%</b>			
Outras receitas (1)	1.552	1.694	-8,4%	62	61	0,6%	240	247	-2,8%	25	26	-2,0%	1.238	1.368	-9,5%
<b>Receitas totais</b>	<b>29.614</b>	<b>29.852</b>	<b>-0,8%</b>	<b>19.319</b>	<b>18.697</b>	<b>3,3%</b>	<b>7.300</b>	<b>8.321</b>	<b>-12,3%</b>	<b>1.770</b>	<b>1.473</b>	<b>20,1%</b>	<b>1.238</b>	<b>1.368</b>	<b>-9,5%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>5.625</b>	<b>6.113</b>	<b>-8,0%</b>	<b>3.058</b>	<b>2.852</b>	<b>7,2%</b>	<b>1.621</b>	<b>2.147</b>	<b>-24,5%</b>	<b>381</b>	<b>379</b>	<b>0,5%</b>	<b>578</b>	<b>743</b>	<b>-22,2%</b>
Margem bruta	20,0%	21,7%	-1,7 p.p.	15,9%	15,3%	0,6 p.p.	23,0%	26,6%	-3,6 p.p.	21,8%	26,2%	-4,3 p.p.			
<b>Despesas SG&amp;A(2)</b>	<b>(3.770)</b>	<b>(4.152)</b>	<b>-9,2%</b>	<b>(1.681)</b>	<b>(1.684)</b>	<b>-0,2%</b>	<b>(1.436)</b>	<b>(1.797)</b>	<b>-20,1%</b>	<b>(269)</b>	<b>(268)</b>	<b>0,2%</b>	<b>(326)</b>	<b>(312)</b>	<b>4,5%</b>
SG&A de vendas líquidas	13,4%	14,7%	-1,3 p.p.	8,7%	9,0%	-0,3 p.p.	20,3%	22,3%	-1,9 p.p.	15,4%	18,5%	-3,1 p.p.			
<b>EBITDA ajustado (1)(2)</b>	<b>1.875</b>	<b>1.974</b>	<b>-5,0%</b>	<b>1.381</b>	<b>1.172</b>	<b>17,9%</b>	<b>200</b>	<b>360</b>	<b>-44,5%</b>	<b>113</b>	<b>111</b>	<b>1,9%</b>	<b>252</b>	<b>431</b>	<b>-41,5%</b>
Margem EBITDA aj.	6,7%	7,0%	-0,3 p.p.	7,2%	6,3%	0,9 p.p.	2,8%	4,5%	-1,6 p.p.	6,5%	7,7%	-1,2 p.p.			
<b>EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG (1)(2)(3)</b>	<b>1.827</b>	<b>2.066</b>	<b>-11,5%</b>	<b>1.310</b>	<b>1.340</b>	<b>-2,3%</b>	<b>306</b>	<b>394</b>	<b>-22,3%</b>				<b>283</b>	<b>431</b>	<b>-34,4%</b>
Margem EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG	8,0%	8,9%	-0,9 p.p.	7,6%	7,8%	-0,1 p.p.	5,4%	6,6%	-1,2 p.p.						
<b>Lucro líquido</b>	<b>(565)</b>	<b>426</b>	<b>-232,6%</b>												
Margem líquida	-2,0%	1,5%	-3,5 p.p.												
<b>Lucro líquido ajustado, controlador</b>	<b>520</b>	<b>550</b>	<b>-5,4%</b>												
Margem líquida ajustada	1,9%	2,0%	-0,1 p.p.												

Notas: (1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -13 milhões e R\$ -8 milhões entre Banco e Varejo no 4T 23 e 4T 22, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -58 milhões e R\$ -91 milhões no 4T 23 e 4T 22, respectivamente; (3) Ajustado para excluir impacto de R\$ 31 milhões no Banco proveniente de custos de aquisição de clientes em lojas convertidas

O Lucro bruto atingiu R\$ 5,6 bilhões no 4T 23, queda de 8,0% a/a, e a margem bruta ficou em 20,0%, queda de 1,7 p.p. vs 4T 22, com resultados menores no Varejo, impactado por maior atividade promocional e pelo fim da parceria com o HiperCard, e no Banco Carrefour, que contabilizou R\$ 262 milhões no 4T 22 referente a renovações de contratos com bandeiras de cartões de crédito.

As despesas SG&A totalizaram R\$ 3,8 bilhões no 4T 23, uma redução de 9,2% a/a, como resultado de nossas iniciativas de corte de custos e captura de sinergias do Grupo BIG, que mais do que compensaram as pressões da expansão de nossa rede de lojas e da inflação de custos. As despesas SG&A representaram 13,4% das vendas líquidas, -1,3 p.p. vs 4T 22.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 1,9 bilhão, representando uma margem de 6,7%, uma diluição de 0,3 p.p. vs. 4T 22. O 4T 23 representou um marco importante para a Companhia, uma vez que os resultados do antigo Grupo BIG tornaram-se positivos com as lojas convertidas continuando a maturar.

⇄ SINERGIAS E EFICIÊNCIA DE CUSTOS

Captura de sinergia progredindo, especialmente em custos

O Grupo Carrefour Brasil continua avançando na captura de sinergias com a aquisição do Grupo BIG. No 4T 23, as sinergias totalizaram R\$ 424 milhões, equivalentes a R\$ 1,6 bilhão anualizado. No nosso resultado, essas sinergias foram parcialmente compensadas pelo efeito de maturação das lojas convertidas após a recente reabertura sob novas bandeiras. Até o momento, essas lojas tiveram um desempenho equivalente ao de nossas inaugurações anteriores. Reafirmamos a meta de atingir um *run rate* de pelo menos R\$ 2 bilhões em sinergias por ano até o final de 2025.

Adicionalmente, implementamos ao longo do segundo semestre de 2023 iniciativas de redução de custos que inicialmente esperávamos gerar aproximadamente R\$ 300 milhões em economia anual. No 4T 23, conseguimos capturar R\$ 136 milhões em economia na nossa DRE.

🔄 DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

Cash & Carry

Vendas: +2,4% de crescimento de receita, com +16,8% de LfL nas lojas convertidas

As vendas brutas no Cash & Carry atingiram R\$ 21,2 bilhões, aumento de 2,4% vs. 4T 22, sendo R\$ 18,9 bilhões nas lojas legado Atacadão e novas lojas orgânicas e R\$ 2,3 bilhões nas lojas convertidas do antigo Grupo BIG. Este desempenho foi impulsionado por: (i) LfL de -1,8% a/a e (ii) +5,2% de expansão do Atacadão, com 15 novas lojas Cash & Carry adicionadas à nossa rede nos últimos 12 meses (incluindo 3 conversões de Hipermercados Carrefour), além das lojas convertidas do antigo Grupo BIG. Como um subconjunto de nosso desempenho LfL, as antigas lojas do Grupo BIG convertidas em lojas Atacadão continuaram sua maturação de vendas e entregaram sólido crescimento LfL de +16,8% durante o trimestre.

Encerramos 2023 com deflação alimentar anual de 0,5%. No entanto, começamos a registrar uma inflação alimentar mensal positiva em novembro e dezembro, levando a uma melhora sequencial mês a mês nas tendências de crescimento LfL durante o trimestre. Embora ainda não tenhamos experimentado mudanças relevantes nos padrões de comportamento do consumidor, esperamos um impacto positivo da dinâmica de preços no futuro, especialmente com clientes B2B.

O NPS do trimestre melhorou significativamente em relação ao ano passado (+2,4 pontos), impulsionado pela melhor percepção de preços.

O canal digital continuou aumentando sua relevância no formato, representando 6,5% das vendas totais do Atacadão no 4T 23 (o dobro vs. 4T 22, quando era 3,2%).

Não tivemos inaugurações de lojas no formato C&C durante o 4T, já que o plano de expansão de 2023 foi concluído no 3T 23, adicionando um total de 15 novas lojas Atacadão à nossa rede em 2023 (incluindo 3 convertidas de hipermercados Carrefour), além lojas convertidas do antigo Grupo BIG. Conforme anunciado, em 2024 planejamos abrir de 10 a 12 novas lojas Atacadão (conversões de lojas grandes do Varejo).

**Rentabilidade: margens operacionais resilientes resultado de ganhos de margem bruta e disciplina de custos**

O Lucro bruto atingiu R\$ 3,1 bilhões no 4T 23, representando margem bruta de 15,9% no trimestre, aumento de 0,6 p.p. vs. 4T 22, beneficiando-se das negociações com fornecedores no contexto da integração do Grupo BIG, maior participação B2C nas vendas e nossa expertise única em navegar em diferentes ambientes de mercado.

As despesas SG&A totalizaram R\$ 1,7 bilhão no trimestre, em linha com o 4T 22 apesar das novas lojas abertas nos últimos 12 meses e da inflação de custos, demonstrando nosso foco no controle de custos. As despesas SG&A representaram 8,7% da receita líquida, 0,3 p.p. menor que o 4T 22.

O EBITDA ajustado foi de R\$ 1,4 bilhão ou 7,2% das vendas líquidas no 4T 23, 0,9 p.p. acima do 4T 22, devido a ganhos de margem bruta e maturação de lojas convertidas, que já operam com margem EBITDA de 5,0% em nível de loja. Excluindo o impacto das lojas convertidas do antigo Grupo BIG, a margem EBITDA ajustada foi de 7,6%, praticamente em linha com o ano passado. Por meio de iniciativas de redução de custos e melhoria de eficiência, o Atacadão conseguiu compensar a maior parte das pressões de LfL e inflação de custos e preservar a rentabilidade do negócio.

Margens por safra: A rentabilidade das lojas maduras permaneceu forte e em linha com os níveis históricos. As lojas convertidas do antigo Grupo BIG continuaram sua rápida maturação do ponto de vista de rentabilidade, atingindo uma margem EBITDA de 5,0% durante o 4T 23 (+3,5 p.p. vs. 3T 23).

Atualmente, do nosso portfólio de 361 lojas Cash & Carry, 3 foram abertas ou convertidas nos últimos 6 meses, 50 foram abertas ou convertidas entre 7 e 12 meses atrás e 58 foram abertas ou convertidas entre 13 e 24 meses atrás.

Em R\$ milhões	Cash & Carry		
	4T 23	4T 22	Δ%
Vendas brutas	21.230	20.723	2,4%
Vendas brutas ex gasolina	21.230	20.723	2,4%
<b>Vendas líquidas</b>	<b>19.258</b>	<b>18.636</b>	<b>3,2%</b>
Outras receitas	62	61	0,6%
<b>Receitas totais</b>	<b>19.319</b>	<b>18.697</b>	<b>3,3%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.058</b>	<b>2.852</b>	<b>7,2%</b>
Margem bruta	15,9%	15,3%	0,6 p.p.
<b>Despesas SG&amp;A</b>	<b>(1.681)</b>	<b>(1.684)</b>	<b>-0,2%</b>
SG&A de vendas líquidas	8,7%	9,0%	-0,3 p.p.
<b>EBITDA aj.</b>	<b>1.381</b>	<b>1.172</b>	<b>17,9%</b>
Margem EBITDA aj.	7,2%	6,3%	0,9 p.p.
Impacto das lojas convertidas	72		
<b>EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG</b>	<b>1.310</b>	<b>1.340</b>	<b>-2,3%</b>
Margem EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG	7,6%	7,8%	-0,1 p.p.



Carrefour Varejo

Vendas: ajustes de portfólio e forte base de comparação

As vendas brutas do Carrefour Varejo totalizaram R\$ 7,9 bilhões no 4T 23, -13,3% a/a. A queda foi resultado principalmente de uma redução na área de vendas (-13% a/a), já que 21 lojas de Varejo foram convertidas em lojas Atacadão e 32 lojas de Varejo foram vendidas ou fechadas. As vendas LfL foram de -5,5% no trimestre (-4,6% incluindo gasolina), em cima de um desempenho muito forte em 2022 quando o crescimento LfL do Varejo foi de 14,4%, e impactado pela deflação alimentar e pressão sobre os volumes.

As lojas convertidas no segmento de Varejo tiveram desempenho inferior às lojas legado do Varejo em termos de crescimento LfL no trimestre. O ajuste de portfólio implementado (consulte a página 10 - "Iniciativas de Otimização de Ativos") beneficiará o desempenho no futuro.

O NPS em nossos hipermercados aumentou +11 pontos em relação ao 4T 22, com os clientes destacando nossos preços, promoção e qualidade e frescor de nossos produtos como fundamentais para sua melhor percepção.

**Crescimento positivo do não alimentar, continuando a tendência dos últimos trimestres**

Impulsionadas por um forte desempenho na Black Friday, as vendas LfL não alimentar foram de +3,9% a/a no 4T 23. O desempenho positivo no setor não alimentar foi compensado por uma desaceleração nas vendas LfL alimentar (-9,7% a/a), refletindo principalmente a deflação alimentar e a pressão em volumes.

**Recorde de penetração de marca própria**

As marcas próprias continuam a oferecer uma alternativa atraente de alimentos de qualidade a preços acessíveis para clientes que enfrentam restrições de poder de compra. No 4T 23, a penetração das vendas de marcas próprias atingiu 21,6% (+2,4 p.p. vs. 4T 22), outro recorde para o Carrefour Brasil.

**Rentabilidade: 4T 23 impactado por vendas mais lentas e inflação de custos**

O Lucro bruto atingiu R\$ 1,6 bilhão no trimestre, representando margem bruta de 23,0%. A margem bruta foi 3,6 p.p. menor que no 4T 22, principalmente devido a (i) maior atividade promocional, (ii) *markdown* de estoque em lojas fechadas para conversão e (iii) fim da parceria com HiperCard.

As despesas SG&A foram de R\$ 1,4 bilhão, -20,1% menores a/a. Como % das vendas líquidas, o SG&A foi de 20,3% no 4T 23, 1,9 p.p. menor a/a, refletindo nossos esforços para reduzir custos.

O EBITDA ajustado ficou em R\$ 200 milhões, representando margem de 2,8%. O EBITDA ajustado do Carrefour Varejo legado atingiu R\$ 306 milhões, com Margem EBITDA ajustada de 5,4%, 1,2 p.p. menor a/a, impactada principalmente pela desaceleração nas vendas e inflação de custos.

O EBITDA ajustado excluindo 123 lojas fechadas foi de R\$ 261 milhões no 4T 23, representando uma margem de 3,9%. As 123 lojas de varejo vendidas ou fechadas permanentemente como parte das iniciativas de otimização de ativos do Grupo Carrefour Brasil geraram vendas líquidas de R\$ 352 milhões e EBITDA de R\$ (61) milhões durante o trimestre.

Em R\$ milhões	Varejo		
	4T 23	4T 22	Δ%
Vendas brutas	7.875	9.078	-13,3%
Vendas brutas ex gasolina	7.032	8.288	-15,1%
<b>Vendas líquidas</b>	<b>7.060</b>	<b>8.074</b>	<b>-12,6%</b>
Outras receitas	240	247	-2,8%
<b>Receitas totais</b>	<b>7.300</b>	<b>8.321</b>	<b>-12,3%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.621</b>	<b>2.147</b>	<b>-24,5%</b>
Margem bruta	23,0%	26,6%	-3,6 p.p.

Em R\$ milhões	Varejo		
	4T 23	4T 22	Δ%
<b>Despesas SG&amp;A</b>	<b>(1.436)</b>	<b>(1.797)</b>	<b>-20,1%</b>
SG&A de vendas líquidas	20,3%	22,3%	-1,9 p.p.
<b>EBITDA aj.</b>	<b>200</b>	<b>360</b>	<b>-44,5%</b>
Margem EBITDA aj.	2,8%	4,5%	-1,6 p.p.
Impacto lojas convertidas	(67)		
BIG legado (1)	(40)		
<b>EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG</b>	<b>306</b>	<b>394</b>	<b>-22,3%</b>
Margem EBITDA aj. - Excl. Grupo BIG	5,4%	6,6%	-1,2 p.p.
<b>EBITDA aj. - Excl. 123 lojas fechadas</b>	<b>261</b>	<b>360</b>	<b>-27,5%</b>
Margem EBITDA aj. - Excl. 123 lojas fechadas	3,9%	4,5%	-0,6 p.p.

Notas: (1) Inclui o resultado dos hipermercados BIG não convertidos (até o 4T 23), das redes de supermercados Todo Dia, Nacional e Bom Preço e das receitas de aluguel de imóveis

Sam's Club

Vendas: crescimento de receita de +18,1% devido ao forte LfL e expansão de lojas

As vendas brutas no 4T atingiram R\$ 2,0 bilhões, +18,1% vs. 4T 22, resultado de uma combinação de expansão de portfólio (+8 lojas vs. 4T 22) e crescimento LfL de +8,0% a/a.

A base de membros ativos registou um aumento de 24,8% a/a em Dez-23, impulsionado principalmente pela aquisição de clientes através do canal digital, que registou um crescimento de 18,1% a/a, acelerando novamente o ritmo do trimestre anterior. O sortimento exclusivo de produtos importados e de marca própria do formato clube foi fundamental para um forte desempenho no quarto trimestre, que foi impactado positivamente pela campanha Black Friday e pelas vendas de Natal. Os produtos Member's Mark (marca própria do Sam's Club) alcançaram 19,2% de penetração nas vendas, crescimento 0,8 p.p. sequencialmente.

As vendas digitais no Sam's Club aumentaram 23,6% a/a, representando 4,9% das vendas totais do formato, em linha com o 4T 22.

Encerramos 2023 com 51 Sam's Clubs, adicionando 8 novas lojas à nossa rede durante o ano. No 4T inauguramos 4 novas lojas (3 lojas combo com Atacadão e 1 loja combo com Hipermercado Carrefour). Conforme anunciado, em 2024 planejamos abrir de 7 a 9 novas lojas Sam's Club (conversões de grandes lojas do varejo).

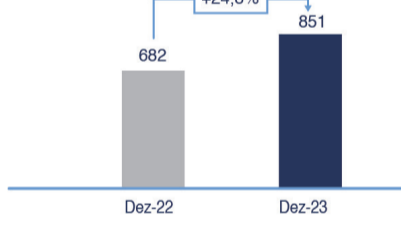
Rentabilidade: forte melhora sequencial

O Lucro Bruto totalizou R\$ 381 milhões, ou 21,8% das vendas líquidas. A margem bruta foi 4,3 p.p. menor que no 4T 22. Vale ressaltar que no 4T 22, parte dos custos logísticos relacionados aos centros de distribuição dedicados não foram alocados no CMV, o que impacta a comparabilidade ano a ano. O impacto dessa mudança de alocação foi equivalente a 5,8 p.p. na margem bruta. Se utilizássemos a mesma metodologia para ambos os períodos (4T 22 e 4T 23), a variação a/a na margem bruta teria sido de +1,4 p.p., um aumento explicado principalmente pela maior penetração de produtos de marca própria e por melhores condições de negociação com fornecedores devido à harmonização dos contratos com o Carrefour Varejo.

As despesas SG&A totalizaram R\$ 269 milhões, ou 15,4% das vendas líquidas. Assim como no custo, para tornar os resultados do ano passado comparáveis, temos que adicionar despesas gerais, que não foram alocadas na unidade de negócio no 4T 22. Se utilizássemos a mesma metodologia para ambos os períodos (4T 22 e 4T 23), o SG&A como % das vendas líquidas teria sido de +1,3 p.p. a/a, explicado principalmente pelas lojas recentemente adicionadas à nossa rede, que estão em maturação (essas novas lojas adicionam -R\$ 40 milhões em SG&A). Além disso, continuamos investindo na aquisição, renovação e retenção de membros, melhorando a experiência da loja e construindo infraestrutura/logística para apoiar o crescimento futuro.

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 113 milhões no trimestre, ou 6,5% das vendas líquidas, 0,2 p.p. acima do EBITDA proforma do 4T 22 (ajustado pelas diferenças discutidas no CMV e SG&A).

Em R\$ milhões	Sam's Club		
	4T 23	4T 22	Δ%
Vendas brutas	1.980	1.677	18,1%
<b>Vendas líquidas</b>	<b>1.744</b>	<b>1.448</b>	<b>20,5%</b>
Outras receitas	25	26	-2,0%
<b>Receitas totais</b>	<b>1.770</b>	<b>1.473</b>	<b>20,1%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>381</b>	<b>379</b>	<b>0,5%</b>
Margem bruta	21,8%	26,2%	-4,3 p.p.
<b>Despesas SG&amp;A</b>	<b>(269)</b>	<b>(268)</b>	<b>0,2%</b>
SG&A de vendas líquidas	15,4%	18,5%	-3,1 p.p.
<b>EBITDA aj.</b>	<b>113</b>	<b>111</b>	<b>1,9%</b>
Margem EBITDA aj.	6,5%	7,7%	-1,2 p.p.
<b>Resultados comparáveis</b>			
Ajustes proforma (1)		(20)	
<b>EBITDA aj. Pro forma</b>	<b>113</b>	<b>91</b>	<b>24,2%</b>
Margem EBITDA aj. Pro forma	6,5%	6,3%	0,2 p.p.



Notas: (1) Os ajustes proforma referem-se a mudanças na metodologia contábil implementadas em 2023 para harmonizar os resultados com a metodologia do Carrefour. Os ajustes do 4T22 referem-se a: (i) alocação de custo de centro de distribuição dedicado (R\$ 12,3 milhões) e (ii) despesas com contingências trabalhistas (R\$ 7,3 milhões).

Iniciativas digitais

Excelente desempenho em GMV alimentar e não alimentar

O GMV total atingiu R\$ 2,8 bilhões no 4T 23, um aumento de +38,5% vs. mesmo período do ano passado. Este desempenho foi impulsionado pelas categorias alimentar e não alimentar. O GMV Alimentar cresceu 59,5% a/a, mantendo um forte ritmo de crescimento. Dentro do GMV Alimentar, o canal 1P Alimentar continuou a ganhar força, especialmente com clientes B2B, e registou um crescimento anual de +118,9% no trimestre.

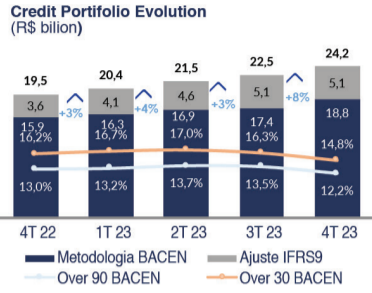
O canal digital do Atacadão continuou crescendo e representou 6,5% das vendas totais da unidade de negócios no 4T 23 (vs. 2,8% no 4T 22). O canal digital alimentar do Car



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

**Inadimplência: melhora de NPL atestando nossa capacidade de crescer mantendo um portfólio saudável**  
 No segundo semestre de 2023, registramos uma diminuição contínua do nível de NPL, como uma combinação da nossa estratégia de concessão de crédito e da melhoria das tendências de qualidade de crédito no mercado em geral. O índice over 30 (BACEN) atingiu 14,8% no 4T 23, diminuindo -1,4 p.p. a/a e -1,5p.p. t/t. O índice over 90 (BACEN) também apresentou melhorias, diminuindo -0,8 p.p. a/a e -1,3 p.p. t/t, atingindo 12,2% no 4T 23, atestando nossa expertise em concessão de crédito e capacidade de crescer nosso portfólio de forma saudável em meio a um ambiente mais difícil para o setor como um todo.

**Evolução Over 90\*: Banco Carrefour vs. Mercado**



\*Carteira de crédito com mais de 90 dias de atraso/Carteira de crédito total  
 Fonte: BACEN (base 100 em mediana de 2019)

**Rentabilidade: Crescimento do portfólio com melhor NPL**

Investimentos em Aquisição de Clientes (CAC): O Banco Carrefour está investindo para capturar a oportunidade única de atrair novos clientes nas lojas recém-convertidas do antigo Grupo BIG. Esses investimentos têm um impacto de curto prazo na DRE do Banco como resultado de:  
 • **Aumento de carga de risco:** de acordo com os padrões IFRS9, as provisões para perdas com empréstimos não monetários são reconhecidas antecipadamente no momento em que um empréstimo é concedido e antes de gerar qualquer receita. Portanto, a carga de risco aumenta no dia 1 e as receitas correspondentes serão acumuladas ao longo do tempo no futuro  
 • **Maiores despesas com vendas:** inclui quiosque de vendas do Banco nas lojas, despesas com avaliação de crédito e emissão de cartões, entre outros itens.  
 Espera-se que novos clientes gerem uma margem de crédito líquida positiva a partir do mês 6, aumentando continuamente os lucros a partir daí. O tempo de retorno do investimento em novos clientes é estimado em menos de 18 meses.  
 A Carga de risco totalizou R\$ 661 milhões no 4T 23, apenas 5,8% superior ao 4T 22 (enquanto nossa carteira de crédito cresceu 24,0% a/a), devido à melhoria nos níveis de NPL. Os novos clientes captados nas lojas convertidas contribuíram positivamente para a margem financeira líquida do trimestre.  
 As despesas SG&A aumentaram 4,5% a/a, para R\$ 326 milhões no 4T 23. Esse valor incluiu R\$ 39,3 milhões em investimentos do Banco Carrefour para conquistar novos clientes, especialmente em lojas recém-convertidas. O Banco Carrefour apresenta índice de eficiência de 31,1%, referência na categoria e inferior aos maiores bancos e *finetechs* do Brasil.  
 O EBITDA ajustado atingiu R\$ 252 milhões no trimestre, 41,5% inferior ao 4T 22. É importante destacar que no 4T 22 o Banco Carrefour registrou uma receita de R\$ 262 milhões relativa à renovação de contratos com bandeiras de cartões de crédito que ocorre a cada poucos anos. Excluindo esta receita, o EBITDA ajustado cresceu 49,1% a/a, como resultado da expansão da carteira de crédito e da redução de NPL. O impacto líquido do EBITDA dos esforços de aquisição de clientes nas antigas lojas BIG foi de R\$ (30,9) milhões no trimestre. Excluindo esse impacto, o EBITDA ajustado teria sido de R\$ 283 milhões.  
 O Lucro líquido atingiu R\$ 95 milhões no trimestre, entregando um ROAE anualizado de 12%.

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.238	1.368	-9,5%	4.793	4.446	7,8%
Carga de risco	(661)	(625)	5,8%	(2.701)	(2.226)	21,3%
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>578</b>	<b>743</b>	<b>-22,2%</b>	<b>2.092</b>	<b>2.220</b>	<b>-5,8%</b>
Despesas SG&A	(326)	(312)	4,5%	(1.351)	(1.170)	15,5%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>252</b>	<b>431</b>	<b>-41,5%</b>	<b>741</b>	<b>1.050</b>	<b>-29,4%</b>
<b>EBITDA Ajustado excl. CAC de BIG</b>	<b>283</b>	<b>431</b>	<b>-34,4%</b>	<b>924</b>	<b>1.050</b>	<b>-12,0%</b>
Despesa com depreciação e amortização	(20)	(18)	11,1%	(80)	(62)	29,0%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>233</b>	<b>413</b>	<b>-43,6%</b>	<b>661</b>	<b>988</b>	<b>-33,1%</b>
<b>Lucro líquido (100%)</b>	<b>95</b>	<b>234</b>	<b>-59,4%</b>	<b>320</b>	<b>534</b>	<b>-40,1%</b>

**INICIATIVAS DE OTIMIZAÇÃO DE ATIVOS**

**Processo de venda ou fechamento de lojas anunciado próximos à conclusão**  
 Conforme anunciado em novembro de 2023 (**Apresentação do investidor morning e fato relevante**), o Grupo Carrefour Brasil realizou uma revisão completa de seus ativos, afim de maximizar o retorno dos ativos existentes e otimizar a alocação de capital, e decidiu:

- Converter aproximadamente 40 hipermercados em lojas Atacadão e Sam's Club entre 2024 e 2026. Aproximadamente 20 conversões planejadas para 2024, com 5 hipermercados + 1 supermercado encerrados em Dez-23 para início de obras de conversão. Isso deverá levar a um EBITDA adicional de R\$ 10-15 milhões por ano por loja na maturidade.
- Vender ou fechar lojas estruturalmente não rentáveis, totalizando 123 lojas (16 hipermercados, 94 lojas Todo Dia e 13 lojas Nacional e Bom Preço). No 4T 23, fechamos 11 supermercados e, ao final de janeiro de 2024, fechamos mais 93 lojas de Varejo (16 hipermercados e 77 supermercados). Outras 19 lojas deverão ser fechadas definitivamente até o 2T 24. Até meados de 2024, a bandeira Todo Dia não fará mais parte do nosso portfólio. Com o fim da operação dessas lojas, esperamos adicionar aproximadamente R\$ 200 milhões de EBITDA por ano (recorrente), uma vez que essas lojas estão em déficit operacional. Adicionalmente, esperamos vender os imóveis de 40 dessas 123 lojas, captando caixa adicional que deverá compensar o impacto negativo das iniciativas de desmobilização no caixa.

**Impacto na DRE - despesas pontuais no 4T 23 (principalmente não caixa), com ganhos de EBITDA recorrentes a partir de R\$ 200 milhões por ano**

- Conversões de lojas: despesas relacionadas a conversões de lojas, como *markdown* de estoque e possíveis custos de rescisão, serão contabilizadas como despesas SG&A no segmento Varejo.
  - Vendas e fechamentos de lojas: as despesas foram quase totalmente refletidas na linha de outras receitas (despesas) das demonstrações financeiras do 4T 23, o momento da decisão sobre o desinvestimento. Os impactos desses esforços foram refletidos nas demonstrações financeiras de 2023 da seguinte forma: (i) R\$ 524 milhões não caixa em *impairment* de valores imobiliários e baixa de despesas (contabilizadas em outras receitas (despesas) não recorrentes); e (ii) R\$ 327 milhões caixa em despesas de desmobilização, incluindo *markdown*, custos de indenização e taxas de rescisão (contabilizadas em outras receitas (despesas) não recorrentes). Os valores de *impairment* e custos de encerramento contabilizados referem-se às 123 lojas que foram vendidas ou encerradas definitivamente em 2023 e lojas com previsão de venda ou encerramento permanente no 1S 24. Para mais detalhes, consulte a nota 25 das nossas Demonstrações Financeiras.
- As lojas que foram vendidas ou fechadas até Jan-24 mais aquelas que se prevê que fechem até o 2T 24 (total de 123 lojas) registram vendas líquidas de R\$1,5 bilhões em 2023 (1,3% das vendas totais) e um EBITDA de -R\$ 212 milhões.

	Dez-23	Jan-24	Esperado em meados de 2024	Impacto financeiro esperado
<b>1</b>	5 hipermercados + 1 supermercado grande fechado para conversão (a serem reabertos ao final do T124)	+ 7 hipermercados + 2 supermercados grandes fechados para conversão	18 fechadas para conversão	• Capex de conversão: R\$ 25-35MM/loja • Opex de conversão: R\$ 5-10MM/loja • Ganho recorrente de EBITDA: + R\$ 10-15MM/ano/loja (na maturidade)
<b>2</b>	11 supermercados Todo Dia Fechados	+ 64 supermercados Todo Dia fechados + 13 supermercados Nacional e Bom Preço fechados	94 Supermercados Todo Dia fechados (fim da bandeira Todos Dia)	IMPACTO RECORRENTE (para 123 lojas): • Vendas líquidas de lojas fechadas em 2023: R\$ 1.5 bilhão (-5% do Varejo; 1% do total) • EBITDA de lojas fechadas em 2023: R\$ (212) milhões
	11 lojas	+ 93 lojas	13 supermercados Nacional e Bom Preço fechados	IMPACTO ONE-TIME (para 123 lojas): • Não caixa: <i>impairments</i> e <i>write-offs</i> : R\$ (524) milhões (contabilizados no 4T 23) • Despesas caixa de desmobilização: R\$ (327) milhões (contabilizados no 4T 23) • Entrada de caixa proveniente da venda de imóveis de lojas fechadas: caixa líquido neutro a positivo até o final de 2024
			16 hipermercados Carrefour fechados	
			<b>TOTAL 123 lojas</b>	

**RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS (após EBITDA aj.)**

Outras receitas e despesas operacionais	4T 23	4T 22	Δ R\$ milhões	2023	2022	Δ R\$ milhões
Em R\$ milhões						
Custos de reestruturação	(41)	(9)	(32)	(203)	(49)	(154)
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos e outros custos	(1.202)	(127)	(1.075)	(1.408)	(140)	(1.268)
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	138	175	(37)	569	232	337
Outros	(17)	(16)	(1)	109	(7)	116
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(1.122)</b>	<b>23</b>	<b>(1.145)</b>	<b>(933)</b>	<b>36</b>	<b>(969)</b>

Outras despesas operacionais atingiram R\$ 1,1 bilhão no 4T 23, explicadas principalmente por: (i) despesas de R\$ 851 milhões (R\$ 524 milhões não caixa) relacionadas a iniciativas de otimização do portfólio de lojas durante o trimestre, conforme detalhado na página 10, mais R\$ 203 milhões de *impairment* do valor de marcas relacionadas às marcas adquiridas e descontinuadas (Maxxi, BIG e Todo Dia) e (ii) receita líquida de R\$ 138 milhões referente a provisões revertidas no trimestre devido a acordos ou prescrição.

**Imposto de Renda**  
 A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 43 milhões (alíquota de 9,1%) no trimestre, uma vez que os impactos dos impostos diferidos não reconhecidos relacionados aos prejuízos na entidade legal do Grupo BIG foram parcialmente compensados pelos benefícios fiscais capturados tanto no Atacadão (subvenção de ICMS) quanto no Banco Carrefour (Lei do Bem). Para o ano de 2023, a alíquota efetiva do imposto de renda foi superior à alíquota marginal do imposto corporativo no Brasil, principalmente devido a uma mudança na parcela de impostos diferidos não reconhecidos relacionados a perdas na entidade legal do Grupo BIG

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ	Δ%	2023	2022	Δ	Δ%
EBITDA Ajustado	1.875	1.974	(99)	-5,0%	5.717	6.623	(906)	-13,7%
Outras receitas e despesas operacionais	(1.122)	23	(1.145)	n.m.	(933)	36	(969)	n.m.
Depreciação e amortização	(468)	(510)	42	-8,2%	(1.938)	(1.724)	(214)	12,4%
Receitas e despesas financeiras	(758)	(790)	32	-4,1%	(2.878)	(2.261)	(617)	27,3%
<b>Lucro Antes dos Impostos*</b>	<b>(473)</b>	<b>697</b>	<b>(1.170)</b>	<b>-167,9%</b>	<b>(32)</b>	<b>2.674</b>	<b>(2.706)</b>	<b>-101,2%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(43)</b>	<b>(156)</b>	<b>113</b>	<b>-72,4%</b>	<b>(602)</b>	<b>(674)</b>	<b>72</b>	<b>-10,7%</b>
Alíquota Efetiva	-9,1%	22,4%			-1.881,3%	25,2%		

Em R\$ milhões	4T 23	Ajustes	4T 23 Ajustado	2023	Ajustes	2023 Ajustado
Lucro antes dos impostos e contribuições*	(473)	1.122	649	(32)	1.099	1.067
Imposto de Renda e Contribuição Social	(43)	(37)	(80)	(602)	81	(521)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-9,1%</b>		<b>12,3%</b>	<b>-1.881,3%</b>		<b>48,8%</b>

\*Não inclui resultado de equivalência patrimonial.

**Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Acionista Controlador**  
 O lucro líquido ajustado proporciona uma visão mais clara do lucro líquido recorrente. É calculado como o lucro líquido deduzido das demais receitas e despesas operacionais (não recorrentes) e do correspondente efeito financeiro e do imposto de renda. No 4T 23, o principal impacto vem das despesas não recorrentes relacionadas às iniciativas de otimização de ativos, que totalizaram R\$ 1,1 bilhão de impacto no resultado, principalmente relacionadas a despesas não caixa de *impairment* e *write-off* (R\$ 524 milhões para lojas fechadas e vendidas e R\$ 203 milhões para marca). O lucro líquido ajustado do 4T 23 foi de R\$ 520 milhões e o lucro líquido ajustado do ano de 2023 foi de R\$ 386 milhões.

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ%	2023	2022	Δ%
<b>Lucro (prejuízo) líquido, controladores</b>	<b>(565)</b>	<b>426</b>	<b>-232,6%</b>	<b>(795)</b>	<b>1.739</b>	<b>-145,7%</b>
(+) Outras receitas(despesas)	1.122	(23)	n.m.	933	(36)	n.m.
(+) Opex Integração	-	273	n.a.	178	273	-34,8%
(+) Resultado financeiro (não recorrente)	-	(5)	-100,0%	(12)	(23)	-49,7%
(+) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	(37)	(121)	-69,4%	81	(132)	-161,5%
(-) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	n.m.	-	-	n.m.
<b>Lucro líquido ajustado, controladores</b>	<b>520</b>	<b>550</b>	<b>-5,4%</b>	<b>386</b>	<b>1.821</b>	<b>-78,8%</b>
Margem líquida	1,9%	2,0%	-0,1 p.p.	0,4%	1,9%	-1,5 p.p.

**DESTAQUES DO FLUXO DE CAIXA**

**Capital de giro operacional**  
 Nosso capital de giro antes de recebíveis representou um recurso líquido de R\$ 7,5 bilhões, ou 32 dias, 2 dias a menos vs 4T 22, impulsionado pela redução nos níveis de estoques. O contas a receber totalizou R\$ 2,1 bilhões, ou 9 dias, no trimestre, em linha com o ano passado.

	4T 23	3T 23	2T 23	1T 23	4T 22
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
(+) Estoques	11.728	12.739	11.363	14.204	12.293
(-) Fornecedores (**)	(19.216)	(14.399)	(11.971)	(14.152)	(19.504)
<b>(=) Capital de Giro antes dos recebíveis</b>	<b>(7.488)</b>	<b>(1.660)</b>	<b>(608)</b>	<b>52</b>	<b>(7.211)</b>
(+) Contas a Receber (*)	2.094	3.789	2.287	3.634	2.313
<b>(=) Capital de Giro incluindo recebíveis</b>	<b>(5.394)</b>	<b>2.128</b>	<b>9</b>	<b>3.685</b>	<b>(4.898)</b>

(\*) Contas a receber comerciais excluindo contas a receber de imóveis e de fornecedores, que foram classificadas líquidas de dívidas de fornecedores;  
 (\*\*) Fornecedores vinculados ao negócio, excluindo fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis, e líquidos de descontos a receber de fornecedores;  
 Os índices de capital de giro acima são calculados usando o Custo dos Produtos Vendidos

**Investimentos**  
 O Capex total foi de R\$ 787 milhões. Os investimentos em expansão foram de R\$ 347 milhões no 4T 23, R\$ 1.0 bilhão abaixo do realizado no 4T 22, quando estávamos no auge dos esforços de conversão das lojas do Grupo BIG.  
 O efeito negativo nos ativos de direito de uso está basicamente relacionado com a integração da aquisição do Grupo BIG e alinhamento de sistemas e critérios. Incluindo o efeito do IFRS 16 (ativos de direito de uso) a adição total de ativos fixos foi de R\$ 908 milhões no 4T 23.

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ%	2023	2022	Δ%
Expansão <sup>(1)</sup>	347	1.361	-74,5%	2.179	2.441	-10,7%
Outros <sup>(2)</sup>	440	361	22,0%	991	1.070	-7,4%
<b>Capex Total</b>	<b>787</b>	<b>1.722</b>	<b>-54,3%</b>	<b>3.169</b>	<b>3.511</b>	<b>-9,7%</b>
Direito de uso de arrendamento	121	(99)	-222,2%	940	507	85,4%
<b>Total de adições de ativo fixo</b>	<b>908</b>	<b>1.623</b>	<b>-44,0%</b>	<b>4.109</b>	<b>4.018</b>	<b>2,3%</b>
Atividades de M&A	-	-	n.m.	-	4.507	n.m.
<b>Investimento Total Capex + M&amp;A</b>	<b>908</b>	<b>1.623</b>	<b>-44,0%</b>	<b>4.109</b>	<b>8.525</b>	<b>-51,8%</b>

(1) Inclui o montante referente à conversão das lojas do Grupo BIG  
 (2) Inclui manutenção, reformas e T

**Fluxo de Caixa Livre**

Em 2023, o Grupo Carrefour Brasil gerou R\$ 5,2 bilhões com suas atividades operacionais, R\$ 1,3 bilhão menor vs. 2022, principalmente como resultado do impacto da integração do Grupo BIG em nossa DRE. A tendências do capital de giro do negócio de varejo mantiveram-se estáveis. Os investimentos totais da Companhia foram de R\$ 3,6 bilhões, em linha com os níveis de 2022, impulsionados pelos esforços de conversão e integração de lojas, bem como pela execução do nosso plano de expansão orgânica. O Fluxo de Caixa Livre de 2023 totalizou R\$ 2,6 bilhões.  
 As atividades operacionais do Grupo Carrefour Brasil geraram R\$ 1,4 bilhão no 4T 23, com dinâmica semelhante de capital de giro. Durante o trimestre, também retornamos a uma dinâmica de fluxo de caixa de investimento mais normalizada, já que finalizamos o processo de conversão de lojas no final do 2T 23.

Em R\$ milhões - incluindo Grupo BIG	2023	2022	Δ%
<b>Fluxo de Caixa Bruto das Operações</b>	<b>5.172</b>	<b>6.447</b>	<b>-19,8%</b>
Imposto de renda pago	(433)	(964)	-55,1%
<b>Fluxo de Caixa Bruto das Operações, líquido de imposto de renda</b>	<b>4.739</b>	<b>5.483</b>	<b>-13,6%</b>
Variação nas exigências de capital de giro de mercadorias	496	1.064	-53,4%
Variação em Outros Ativos e Passivos Circulantes	407	(564)	-172,1%
Variação no crédito ao consumidor, líquido concedido por empresa de serviços financeiros	(907)	490	-285,1%
<b>Variação do Capital de Giro</b>	<b>(4)</b>	<b>990</b>	<b>-100,4%</b>
<b>Fluxo de Caixa das Operações</b>	<b>4.735</b>	<b>6.473</b>	<b>-26,8%</b>
Capex (excluindo direito de uso e aquisições do Makro e Grupo BIG)	(3.210)	(3.511)	-8,6%
Variações em contas a pagar aos fornecedores de ativos fixos	(320)	112	-385,7%
Alienação de ativos fixos	1.363	143	853,1%
<b>Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais</b>	<b>(2.167)</b>	<b>(3.256)</b>	<b>-33,4%</b>
<b>Fluxo de Caixa Livre (*)</b>	<b>2.568</b>	<b>3.217</b>	<b>-20,2%</b>
Lease operacional (IFRS16)	(906)	(671)	35,0%
Custo da dívida	(1.732)	(1.163)	48,9%
<b>Fluxo de Caixa Livre Acionista</b>	<b>(70)</b>	<b>1.383</b>	<b>-105,1%</b>

(\*) conforme definido no glossário

**ALAVANCAGEM**

**Perfil da Dívida Líquida**

Os empréstimos líquidos de derivativos para cobertura totalizaram R\$ 16,4 bilhões em dezembro de 2023, R\$ 1,1 bilhão acima do ano passado. A posição de caixa aumentou R\$ 1,2 bilhão a/a. A dívida líquida atingiu R\$ 8,4 bilhões ou R\$ 13,2 bilhões incluindo alugueis e recebíveis descontado, + R\$ 516 milhões a/a, como resultado de um ano de investimentos de alta intensidade, no qual convertimos 73 lojas e inauguramos 16 novas. A dívida líquida de 2023 sobre o EBITDA Ajustado (incluindo recebíveis) foi de 1,48x, 0,27x maior que em 2022.

Em R\$ milhões	Dez. 23	Dez. 22
Empréstimos (líquidos de derivativos para cobertura)	(16.436)	(15.327)
Caixa e equivalentes de caixa	12.029	10.835
Títulos e valores mobiliários - Banco Carrefour	945	834
<b>(Dívida Líq.) Caixa Líquido</b>	<b>(3.462)</b>	<b>(3.658)</b>
Recebíveis descontados	(4.917)	(4.378)
<b>(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/ recebíveis descontados)</b>	<b>(8.379)</b>	<b>(8.036)</b>
Dívida com alugueis (IFRS 16)	(4.877)	(4.704)
<b>(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/alugueis e recebíveis descontados)</b>	<b>(13.256)</b>	<b>(12.740)</b>
(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/recebíveis descontados)/EBITDA Ajustado LTM	-1,48x	-1,21x
(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/recebíveis descontados e alugueis)/EBITDA Ajustado LTM	-2,34x	-1,92x

**Resultado Financeiro Líquido**  
 O custo líquido da dívida (incl. recebíveis descontados) foi de R\$ 697 milhões no 4T 23, + R\$ 57 milhões a/a, devido a maiores taxas de juros sobre empréstimos e despesas adicionais de arrendamento decorrentes da transação de sale-and



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

No 4T 23 obtivemos 2 reconhecimentos pelas nossas ações voltadas à diversidade e inclusão: (i) Fomos re-certificados com o selo GEEIS (Gender Equality European & International Standard), um selo destinado a todas as empresas europeias e internacionais que procuram contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa, baseada na igualdade e na diversidade de gênero; e (ii) fomos reconhecidos pelo Prêmio "Maiores e Melhores do Afroempreendedorismo" 2023, na categoria Empresas Inclusivas da diversidade.io. O prêmio foi concedido pelo Programa de Aceleração do Afroempreendedorismo liderado pelo Grupo, que visa promover produtos de empreendedores negros na cadeia de valor.

### Proteção do planeta e da biodiversidade

Mudanças climáticas e biodiversidade  
O Grupo Carrefour Brasil continua realizando ações alinhadas à sua estratégia de descarbonização, visando atingir as metas de redução das emissões de escopo 1 e 2 em 50% até 2030 e 70% até 2040 em relação ao ano base de 2019 (proforma para incluir lojas do antigo Grupo BIG). Por essas ações, obtivemos em 2023 o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol.

No 4T 23 reduzimos em 35% as emissões nos escopos 1 e 2 em relação a 2019, 16 p.p acima da meta do ano.

Rastreabilidade para compras de carne bovina

Ao final do 4T 23, 100% dos fornecedores frigoríficos estavam em conformidade com a política do Grupo, sendo realizado o monitoramento da carne e dupla verificação de cada lote enviado ao Grupo. Neste trimestre foram analisados 14.289.765 de hectares em 13.803 fazendas, totalizando 23.867.186 de hectares em 28.583 fazendas em 2023. Encerramos o ano com 17 frigoríficos ativos e 12 frigoríficos bloqueados por não atenderem aos critérios de compra do Grupo.

Economia circular

Alinhados à meta de embalagens de marca própria 100% recicláveis, compostáveis e biodegradáveis até 2025, encerramos o 4T 23 com 66% da alcançada, superando em 200% a meta do ano. Uma das principais ações para essa conquista foi a troca das embalagens de leite da marca própria Carrefour por embalagens cartonadas de longa-vida.

Encerramos 2023 com R\$ 897 milhões em vendas de produtos sustentáveis certificados, alinhados à nossa agenda de transformar a cadeia produtiva de alimentos e contribuir para o desenvolvimento de uma produção mais sustentável, que valorize e preserve a biodiversidade.

### REDE DE LOJAS

Atualmente operamos  
1.188 lojas com área  
total de vendas de  
3.335.965 m<sup>2</sup>

No 4T 23, inauguramos 4 novas lojas Sam's Club nos estados de São Paulo (1), Rio Grande do Sul (2) e Rio de Janeiro (1). Também inauguramos 4 novas lojas Carrefour Express no estado de São Paulo e 1 posto de gasolina no estado de Santa Catarina. Alinhado à nossa estratégia de maximização do retorno dos ativos existentes anunciada em novembro de 2023, no 4T 23 iniciamos o ajuste do portfólio e fechamos 11 Supermercados (5 no estado da Bahia e 6 no estado de Pernambuco).

Número de lojas	Dez. 22	Aberturas	Fechamentos	Conversões	Remédios	Dez. 23
Atacadão	344	12	(10)	18	(3)	361
Atacado de entrega	33	-	-	-	-	33
Sam's Club	43	4	-	4	-	51
Hipermercados	170	-	(4)	(19)	(4)	143
Supermercados	248	-	(22)	(17)	(2)	207
Lojas de conveniência	149	18	(8)	15	-	174
Drogarias	121	4	(6)	-	-	119
Postos de combustível	95	6	-	-	(1)	100
<b>Grupo</b>	<b>1.203</b>	<b>44</b>	<b>(50)</b>	<b>1</b>	<b>(10)</b>	<b>1.188</b>

Área de vendas (m <sup>2</sup> )	Dez. 22	Aberturas	Fechamentos	Conversões	Remédios	Dez. 23
Atacadão	1.749.015	45.755	(54.531)	88.932	(12.923)	1.816.249
Sam's Club	251.649	17.298	-	19.908	-	288.855
Hipermercados	1.063.677	-	(25.961)	(95.937)	(22.445)	919.334
Supermercados	280.888	-	(29.722)	(11.849)	(4.486)	234.831
Lojas de conveniência	23.279	774	(895)	6.399	-	29.557
Drogarias	7.811	288	(409)	-	-	7.690
Postos de combustível	38.383	1.535	-	-	(469)	39.449
<b>Área de vendas total</b>	<b>3.414.702</b>	<b>65.650</b>	<b>(111.518)</b>	<b>7.453</b>	<b>(40.323)</b>	<b>3.335.965</b>

### INFORMAÇÕES SOBRE VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Streaming de Vídeo	
Inglês	10h00 – Brasília
Português	09h00 – Nova York
20 de fevereiro de 2024	13h00 – Londres
(Terça-feira)	14h00 – Paris

### RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eric Alencar  
Vice-Presidente de Finanças (CFO) e Diretor de Relações com Investidores  
Equipe de RI - Telefone: +55 11 3779-8500 - E-mail: ribrasil@carrefour.com.br  
Site: ri.grupocarrefourbrasil.com.br

### ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ%	2023	2022	Δ%
Vendas brutas	31.085	31.477	-1,2%	115.458	108.052	6,9%
Vendas líquidas	28.062	28.158	-0,3%	103.912	97.389	6,7%
Outras receitas	1.552	1.694	-8,4%	5.947	5.501	8,1%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>29.614</b>	<b>29.852</b>	<b>-0,8%</b>	<b>109.859</b>	<b>102.890</b>	<b>6,8%</b>
Custo das mercadorias, serviços e operações financeiras	(23.989)	(23.739)	1,1%	(89.198)	(83.241)	7,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>5.625</b>	<b>6.113</b>	<b>-8,0%</b>	<b>20.661</b>	<b>19.649</b>	<b>5,2%</b>
Margem bruta	20,0%	21,7%	(1,7 p.p.)	19,9%	20,2%	-0,3 p.p.
Despesas de SG&A	(3.770)	(4.152)	-9,2%	(15.091)	(13.079)	15,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.875</b>	<b>1.974</b>	<b>-5,0%</b>	<b>5.654</b>	<b>6.623</b>	<b>-14,6%</b>
Margem EBITDA ajustada	6,7%	7,0%	(0,3 p.p.)	5,4%	6,8%	(1,4 p.p.)
Depreciação e amortização	(448)	(497)	-9,9%	(1.854)	(1.671)	11,0%
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	-	n.a.	(5)	(2)	150,0%
Outras receitas (despesas)	(1.122)	23	n.m.	(870)	36	n.m.
<b>EBITDA</b>	<b>753</b>	<b>1.997</b>	<b>-62,3%</b>	<b>4.784</b>	<b>6.659</b>	<b>-28,2%</b>
Margem EBITDA	2,7%	7,1%	(4,4 p.p.)	4,6%	6,8%	(2,2 p.p.)
<b>EBIT</b>	<b>283</b>	<b>1.487</b>	<b>-81,0%</b>	<b>2.841</b>	<b>4.933</b>	<b>-42,4%</b>
Despesas financeiras líquidas	(758)	(790)	-4,1%	(2.878)	(2.261)	27,3%
Resultado antes dos impostos e contribuição social	(475)	697	-168,1%	(37)	2.672	-101,4%
Imposto de renda	(43)	(156)	-72,4%	(602)	(674)	-10,7%
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>(518)</b>	<b>541</b>	<b>-195,7%</b>	<b>(639)</b>	<b>1.998</b>	<b>-132,0%</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido, controladores</b>	<b>(565)</b>	<b>426</b>	<b>-232,6%</b>	<b>(795)</b>	<b>1.739</b>	<b>-145,7%</b>
Lucro líquido - Acionistas minoritários (NCI)	47	115	-59,1%	156	259	-39,8%

### RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ%	2023	2022	Δ%
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>(518)</b>	<b>541</b>	<b>-195,7%</b>	<b>(639)</b>	<b>1.998</b>	<b>-132,0%</b>
Imposto de renda	(43)	(156)	-72,4%	(602)	(674)	-10,7%
Despesas financeiras líquidas	(758)	(790)	-4,1%	(2.878)	(2.261)	27,3%
Depreciação e amortização	(448)	(497)	-9,9%	(1.854)	(1.671)	11,0%
Depreciação e amortização (CMV)	(20)	(13)	53,8%	(84)	(53)	58,5%
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	-	n.a.	(5)	(2)	150,0%
<b>EBITDA</b>	<b>753</b>	<b>1.997</b>	<b>-62,3%</b>	<b>4.784</b>	<b>6.659</b>	<b>-28,2%</b>
Outras receitas (despesas)	(1.122)	23	n.m.	(933)	36	n.m.
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.875</b>	<b>1.974</b>	<b>-5,0%</b>	<b>5.717</b>	<b>6.623</b>	<b>-13,7%</b>

### AJUSTES NAS LINHAS DE EBITDA E OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Em R\$ milhões	2023
<b>EBITDA Ajustado (ITR)</b>	<b>5.654</b>
Ajustes One-off <sup>(1)</sup>	(64)
CMV <sup>(2)</sup>	(11)
SG&A <sup>(3)</sup>	(53)
<b>EBITDA Ajustado (Release)</b>	<b>5.717</b>
Outras receitas (despesas) (ITR)	(870)
Ajustes One-off	(64)
<b>Outras receitas (despesas) Release</b>	<b>(933)</b>

Notas: (1) One-off de opex de integração não operacional (não diretamente relacionado ao processo de conversão de lojas que foi concluído em Junho de 2023); (2) Refere-se à baixa de estoques no segmento de Varejo no 3T 23; (3) Refere-se a honorários de consultoria, perdas em contratos de energia e outras despesas não operacionais relacionadas ao processo de integração no 3T 23

### ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - ATIVOS

Em R\$ Milhões	Dez. 23	Dez. 22
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalente de caixa	12.029	10.835
Títulos e valores mobiliários	272	256
Contas a receber	2.534	2.633
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	15.297	12.974
Estoques	11.728	12.293
Impostos a recuperar	1.056	1.839
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	138	167
Instrumentos financeiros derivativos	-	2
Despesas antecipadas - Grupo BIG	220	229
Outras contas a receber	614	1.502
Ativos mantidos para venda	755	284
<b>Ativo Circulante</b>	<b>44.643</b>	<b>43.014</b>
Contas a receber	8	13
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	1.005	748
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Títulos e valores mobiliários	673	578
Impostos a recuperar	4.278	4.011
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	139	109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	454	518
Despesas antecipadas	141	110
Depósitos e bloqueios judiciais	2.882	2.744
Outras contas a receber	169	785
Estoques	300	300
Propriedade para investimentos	589	597
Investimentos	31	37
Imobilizado	30.599	31.794
Intangível e ágio	6.855	6.970
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>48.123</b>	<b>49.314</b>
<b>Ativo total</b>	<b>92.766</b>	<b>92.328</b>

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - PASSIVOS

Em R\$ Milhões	Dez. 23	Dez. 22
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	20.058	20.641
Empréstimos	11.358	10.972
Instrumentos financeiros derivativos	153	501
Passivo de arrendamento	259	278
Operação com cartão de crédito	12.300	10.624
Impostos a recolher	622	635
Imposto de renda e contribuição social	120	55
Obrigações trabalhistas	1.327	1.337
Dividendos a pagar	0	74
Receita diferida	266	170
Fundo de investimento em direitos creditórios	0	367
Outras contas a pagar	968	1.071
<b>Passivo Circulante</b>	<b>47.431</b>	<b>46.725</b>
Empréstimos	4.894	3.395
Instrumentos financeiros derivativos	57	96
Passivo de arrendamento	4.618	4.426
Operações com cartão de crédito	1.577	1.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos	591	550
Provisões	12.629	13.729
Receita diferida	40	50
Outras contas a pagar	102	5
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>24.508</b>	<b>23.831</b>
Capital social	9.960	9.918
Reserva de capital	2.154	2.140
Reservas de lucros	7.394	8.500
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(282)	(282)
Ajuste de avaliação patrimonial	(8)	(6)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>19.218</b>	<b>20.270</b>
<b>Participação de não controladores</b>	<b>1.609</b>	<b>1.502</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>92.766</b>	<b>92.328</b>

### ANEXO III

#### Banco Carrefour

De acordo com os padrões contábeis locais (BACEN GAAP), a metodologia de provisionamento é puramente baseada na antiguidade dos recebíveis e maiores impactos no resultado estão diretamente associados a maiores índices de inadimplência. Por outro lado, a IFRS9 implica a constituição de provisões não só para créditos vencidos, mas também acrescenta impactos materiais em função das perdas esperadas associadas ao risco de crédito - mesmo para créditos com pagamentos em dia. Como esse cálculo depende de muitos indicadores e expectativas, pode adicionar maior volatilidade aos resultados e impactos nos indicadores e requisitos de capital.

#### DRE simplificada - Metodologia BACEN

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ%	2023	2024	Δ%
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>1.259</b>	<b>1.388</b>	<b>-9,3%</b>	<b>4.880</b>	<b>4.510</b>	<b>8,2%</b>
Carga de risco	(685)	(646)	6,0%	(2.949)	(2.536)	16,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>574</b>	<b>742</b>	<b>-22,6%</b>	<b>1.931</b>	<b>1.974</b>	<b>-2,2%</b>
Despesas SG&A	(347)	(333)	4,2%	(1.443)	(1.239)	16,5%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>227</b>	<b>409</b>	<b>-44,5%</b>	<b>488</b>	<b>735</b>	<b>-33,6%</b>
<b>Lucro Líquido (100%)</b>	<b>82</b>	<b>220</b>	<b>-62,7%</b>	<b>183</b>	<b>365</b>	<b>-49,9%</b>

#### IFRS 9

Em R\$ milhões	4T 23	4T 22	Δ%	2023	2024	Δ%
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>1.238</b>	<b>1.368</b>	<b>-9,5%</b>	<b>4.793</b>	<b>4.446</b>	<b>7,8%</b>
Carga de risco	(661)	(625)	5,8%	(2.701)	(2.226)	21,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>578</b>	<b>743</b>	<b>-22,2%</b>	<b>2.092</b>	<b>2.220</b>	<b>-5,8%</b>
Despesas SG&A	(326)	(312)	4,5%	(1.351)	(1.170)	15,5%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>252</b>	<b>431</b>	<b>-41,5%</b>	<b>741</b>	<b>1.050</b>	<b>-29,4%</b>
<b>Lucro Líquido (100%)</b>	<b>95</b>	<b>234</b>	<b>-59,4%</b>	<b>320</b>	<b>534</b>	<b>-40,1%</b>

#### Análise de Carteira de Créditos Vencidos

#### Metodologia BACEN

Em R\$ milhões	Dezembro 23	Setembro 23	Junho 23	Março 23	Dezembro 22
Carteira Total	18.779	17.394	16.947	16.326	15.898
Carteira em Dia	15.880	14.412	13.926	13.447	13.192
Atraso 30 dias	2.784	2.842	2.876	2.730	2.578
Atraso 90 dias	2.285	2.354	2.327	2.154	2.071
<b>Saldo de PDD</b>	<b>2.977</b>	<b>2.902</b>	<b>16,7%</b>	<b>2.551</b>	<b>2.390</b>
<b>PDD/Atraso 90 dias</b>	<b>130,3%</b>	<b>123,3%</b>	<b>118,4%</b>	<b>118,4%</b>	<b>115,4%</b>

continuação



## Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	31/12/2023	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.291	6.317	12.029	10.835	16	10.015	10.321	16.197	16.695	16.695
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	272	256	16	2.249	2.394	3.861	3.946	3.946
Contas a receber	7	2.464	2.112	2.534	2.633	28.3	11.358	10.869	11.358	10.972	10.972
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	15.297	12.974	28.8	127	497	153	501	501
Estoques	9	6.651	6.830	11.728	12.293	15	47	39	259	278	278
Impostos a recuperar	10	295	807	1.056	1.839	8.2	-	-	12.300	10.624	10.624
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	117	138	167		216	185	622	635	635
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	-	-	-	2		62	-	120	55	55
Despesas antecipadas		15	16	220	229		522	504	1.327	1.337	1.337
Outras contas a receber		157	460	614	1.502		-	-	-	74	74
		<b>16.873</b>	<b>16.659</b>	<b>43.888</b>	<b>42.730</b>		<b>19</b>	<b>31</b>	<b>28</b>	<b>266</b>	<b>170</b>
		-	-	755	284		<b>34</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>367</b>
Ativos mantidos para venda		<b>16.873</b>	<b>16.659</b>	<b>44.643</b>	<b>43.014</b>		<b>727</b>	<b>342</b>	<b>968</b>	<b>1.071</b>	<b>1.071</b>
		-	-	-	-		<b>25.354</b>	<b>25.179</b>	<b>47.431</b>	<b>46.725</b>	<b>46.725</b>
<b>Não circulante</b>											
Contas a receber	7	-	-	8	13	28.3	4.894	3.395	4.894	3.395	3.395
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	1.005	748	28.8	57	96	57	96	96
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	673	578	15	1.456	1.146	4.618	4.426	4.426
Impostos a recuperar	10	1.489	1.289	4.278	4.011	8.2	-	-	1.577	1.580	1.580
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		94	75	139	109		456	347	591	550	550
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	454	518		290	309	12.629	13.729	13.729
Despesas antecipadas		60	34	141	110		208	221	40	50	50
Depósitos e bloqueios judiciais	11	155	140	2.882	2.744		9	5	102	5	5
Outras contas a receber		21	510	169	785		<b>7.370</b>	<b>5.519</b>	<b>24.508</b>	<b>23.831</b>	<b>23.831</b>
		<b>1.819</b>	<b>2.048</b>	<b>9.749</b>	<b>9.616</b>		-	-	1.609	1.502	1.502
Estoques	9	-	-	300	300		<b>19.218</b>	<b>20.270</b>	<b>19.218</b>	<b>20.270</b>	<b>20.270</b>
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	589	597		-	-	1.609	1.502	1.502
Investimentos	12	16.488	15.977	31	37		<b>19.218</b>	<b>20.270</b>	<b>20.827</b>	<b>21.772</b>	<b>21.772</b>
Imobilizado	13.2	15.285	14.832	30.599	31.794		<b>51.942</b>	<b>50.968</b>	<b>92.766</b>	<b>92.328</b>	<b>92.328</b>
Intangível	14	1.477	1.452	6.855	6.970		-	-	-	-	-
		<b>35.069</b>	<b>34.309</b>	<b>48.123</b>	<b>49.314</b>		-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>		<b>51.942</b>	<b>50.968</b>	<b>92.766</b>	<b>92.328</b>		-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Resultados

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas líquidas	22.1	67.109	64.389	103.912	97.389
Outras receitas	22.2	251	193	5.947	5.501
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>22</b>	<b>67.360</b>	<b>64.582</b>	<b>109.859</b>	<b>102.890</b>
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(57.184)	(54.946)	(89.198)	(83.241)
<b>Lucro bruto</b>		<b>10.176</b>	<b>9.636</b>	<b>20.661</b>	<b>19.649</b>
Receitas (despesas)					
Vendas, gerais e administrativas	24	(5.807)	(5.292)	(15.091)	(13.079)
Depreciação e amortização	24	(667)	(680)	(1.854)	(1.671)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(2.036)	(236)	(5)	(2)
Outras receitas (despesas)	25	(17)	(11)	(870)	36
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>1.649</b>	<b>3.417</b>	<b>2.841</b>	<b>4.933</b>
Receitas financeiras		1.273	1.846	1.623	2.061
Despesas financeiras		(3.281)	(3.286)	(4.501)	(4.322)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26</b>	<b>(2.008)</b>	<b>(1.440)</b>	<b>(2.878)</b>	<b>(2.261)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(359)</b>	<b>1.977</b>	<b>(37)</b>	<b>2.672</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17.1	(330)	(321)	(497)	(631)
Diferido	17.1	(106)	83	(105)	(43)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(795)</b>	<b>1.739</b>	<b>(639)</b>	<b>1.988</b>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	(795)	1.739
Acionistas não controladores	20.5	-	-	156	259
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído (R\$)	21	(0,38)	0,85	(0,38)	0,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(359)	1.977	(37)	2.672
<b>Ajustes por:</b>					
Depreciação e amortização	24	680	693	1.938	1.724
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	1.676	879	1.891	1.115
Juros sobre empréstimos a controladas	29	-	(54)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos	26	(433)	(466)	(433)	(466)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	170	136	650	462
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos, incluindo juros	26	976	1.138	993	1.138
Provisão para impairment de ativos imobilizados	13	-	-	667	56
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		73	58	130	71
Aquisição da totalidade das ações da empresa Cosmopolitano	25	-	-	-	(76)
Resultado na venda das lojas remédios	25	-	-	9	(27)
Ajuste a valor presente		(89)	-	(89)	-
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(31)	(76)	(569)	(232)
Resultado da equivalência patrimonial	12	2.036	236	5	2
Despesa com plano baseado em ações		16	4	17	8
<b>Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais</b>		<b>4.715</b>	<b>4.525</b>	<b>5.172</b>	<b>6.447</b>
Varição do capital de giro	27	361	497	897	1.000
Varição do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	(907)	490
Imposto de renda e contribuição social pagos		(170)	(524)	(433)	(964)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>4.906</b>	<b>4.498</b>	<b>4.729</b>	<b>6.973</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Adição de ativos intangíveis	14.2	(40)	(19)	(320)	(240)
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(1.364)	(1.998)	(2.891)	(3.386)
Aquisição Grupo BIG	3	891	(4.392)	891	(4.075)
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		(284)	(60)	(320)	112
Aquisição da totalidade das ações da empresa Cosmopolitano		-	-	-	144
Aumento de capital em controlada	12	(3.355)	(1.826)	-	-
Recebimento de empréstimos de controladas		-	1.133	-	-
Dividendos recebidos	12	800	-	-	-
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		525	-	1.734	143
<b>Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento</b>		<b>(2.827)</b>	<b>(7.162)</b>	<b>(906)</b>	<b>(7.302)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Aumento de capital		42	17	42	17
Captação de empréstimos	28.4	8.931	11.838	8.931	11.838
Amortização de empréstimos	28.4	(6.760)	(4.325)	(6.863)	(5.031)
Juros pagos	28.4	(1.517)	(360)	(1.732)	(596)
Instrumentos financeiros derivativos liquidados		(1.286)	(567)	(1.300)	(567)
Fundo de investimento em direitos creditórios	28.4	-	-	(367)	20
Amortização de principal – Contratos de arrendamento	28.4	(34)	(27)	(256)	(209)
Amortização de juros – Contratos de arrendamento	28.4	(170)	(136)	(650)	(462)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(311)	(726)	(434)	(791)
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(1.105)</b>	<b>5.714</b>	<b>(2.629)</b>	<b>4.219</b>
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>974</b>	<b>3.050</b>	<b>1.194</b>	<b>3.890</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	6.317	3.267	10.835	6.945
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	7.291	6.317	12.029	10.835
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>974</b>	<b>3.050</b>	<b>1.194</b>	<b>3.890</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros						
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>		<b>7.651</b>	<b>2.213</b>	<b>540</b>	<b>6.947</b>	-	-	-	-	-	<b>18.396</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.739	10	17.079	1.317	1.998
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	(16)	(16)	-	(16)
<b>Total resultados abrangentes do exercício</b>		-	-	-	-	-	<b>1.739</b>	<b>(16)</b>	<b>1.723</b>	<b>259</b>	<b>1.982</b>
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	17	-	-	-	-	-	-	17	-	17
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	4	-	-	-	-	-	4	-	4
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2021	20.4	-	-	(39)	-	-	-	-	(39)	-	(39)
<b>Destinação do lucro do exercício:</b>											
Reserva legal	20.2.4	-	-	87	-	-	(87)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)	(74)	(76)
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	(685)	-	(685)	(65)	(750)
Aquisição Grupo BIG	3	2.250	(77)	-	-	-	-	-	2.173	-	2.173
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	153	812	(965)	-	-	-	-
Reversão de dividendos a pagar	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	65	65
<b>Total de transações de capital com acionistas</b>		<b>2.267</b>	<b>(73)</b>	<b>87</b>	<b>114</b>	<b>812</b>	<b>(1.739)</b>	-	<b>1.468</b>	<b>(74)</b>	<b>1.394</b>
<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>9.918</b>	<b>2.140</b>	<b>627</b>	<b>7.061</b>	<b>812</b>	<b>(282)</b>	<b>(6)</b>	<b>20.270</b>	<b>1.502</b>	<b>21.772</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários
--	------	-------------------	--	--	--	---

continuação



## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

### Nota 1: Operações

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado de autoserviços e atacado de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão", "Carrefour" e "Sam's Club". Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro.

Em junho de 2022, foi adquirido o controle do Grupo BIG (Nota 3), uma sociedade anônima de capital fechado envolvida primariamente na comercialização, no varejo e no atacado, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos e combustíveis.

O Grupo Carrefour Brasil é uma sociedade anônima com matriz na Avenida Tucunare, 125, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - B3, sob o código "CRFB3".

A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

### Nota 2: Base de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2024.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos e nos ativos líquidos das controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na perspectiva de que a Companhia manterá suas operações de forma consistente, presumindo que possa cumprir suas obrigações no decorrer das atividades habituais. Apesar dos desafios econômicos e da redução no consumo no setor alimentar, a empresa implementou ações para preservar a lucratividade, como negociações com fornecedores e medidas de eficiência, assegurando assim a estabilidade dos resultados financeiros. A integração contínua do Grupo BIG é uma prioridade, e dada a importância estratégica da entidade no grupo, a administração mantém uma expectativa realista de recursos suficientes para manutenção das operações.

#### Nota 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pela *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

#### Nota 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas informações contábeis individuais e consolidadas dizem respeito a:

- Nota 3 - determinação do valor justo dos ativos, passivos e da contraprestação transferida;

- Nota 9 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;

- Nota 10 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);

- Notas 13.2, 14.1, 14.2 e 14.3 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;

- Nota 15 - operações de arrendamento mercantil;

- Nota 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;

- Nota 18 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e

- Nota 28.7 - provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

#### Nota 2.3. Métodos de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos, instrumentos financeiros derivativos e mais valia de ativos e passivos). Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 - Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

- Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### Nota 2.4. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

#### Nota 2.5. Normas contábeis novas e alteradas

##### Nota 2.5.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021): O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

O Grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade: As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "principais políticas contábeis" por "informações materiais da política contábil". As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração de Prática 2.

- Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e

passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

- Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois: O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substancialmente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras.

As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois.

Após as alterações, o grupo é obrigado a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois.

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis: As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

#### Nota 2.5.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023 e não foram adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras:

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para

continuação



De acordo com condições estabelecidas no contrato de aquisição, as quais são comuns em contratos desta natureza, poderia haver um potencial pagamento adicional a ser efetuado em seis meses com base na valorização do preço das ações, calculado da seguinte forma: valorização das ações do Carrefour Brasil, em R\$, entre a data do fechamento da operação (06 de junho de 2022) e seis meses após essa data (06 de dezembro de 2022), multiplicada por um fator de 20 milhões. Não houve desembolso de caixa adicional relacionado à contraprestação contingente.

#### Ajuste final de preço

Conforme fato relevante emitido em 11 de abril de 2023, a Companhia acordou com os vendedores um ajuste de preço final, reduzindo, dessa forma, a contraprestação transferida pela Companhia no montante entre mínimo de R\$ 900 milhões e um montante máximo de até R\$ 1 bilhão, acrescido de atualização monetária pelo CDI ("Ajuste de Preço").

O Ajuste de Preço será pago pelos Vendedores à Companhia da seguinte forma: (i) um montante fixo de R\$ 350 milhões foram pagos à Companhia em abril 2023; (ii) R\$ 550 milhões, acrescido de atualização monetária pelo CDI, a ser pago até 31 de maio de 2024. Em 09 de agosto de 2023 foi liquidado o montante de R\$ 574 milhões; e (iii) o acordo também prevê uma parcela variável, a ser calculada conforme métrica acordada entre as partes, no valor de até R\$ 100 milhões, ajustada pelo CDI, será paga até 31 de maio de 2024.

#### Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

Em junho de 2022, a Companhia procedeu com a contratação de especialistas para avaliação dos ativos e passivos do Grupo BIG, como parte do seu processo de identificação dos ativos intangíveis e passivos para sua alocação do preço de compra. Em maio de 2023, a Companhia concluiu a contabilização da aquisição e como resultado de tais trabalhos, todos os ajustes contábeis materiais tidos como necessários pela Companhia foram realizados no período e estão devidamente refletidos nas Informações Financeiras.

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis estão demonstrados na tabela a seguir:

	Balanco após alocação do preço de compra
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalente de caixa	317
Contas a receber	668
Estoques	2.787
Impostos a recuperar circulante	513
Outras contas a receber circulante	278
Ativos mantidos para venda	323
Contas a receber não circulante	8
Impostos a recuperar não circulante	1.965
Depósitos judiciais	584
Outros ativos não circulantes	32
Imobilizado	9.920
Intangível	527
Ativos de direito de uso	2.443
	<b>20.365</b>
<b>Passivos</b>	
Fornecedores	2.639
Notas promissórias	627
Instrumentos financeiros derivativos	5
Passivo de arrendamento circulante	73
Impostos a recolher	93
Obrigações trabalhistas	449
Receita diferida circulante	94
Outras contas a pagar circulante	248
Partes relacionadas	7
Fundo de investimento em direitos creditórios	346
Passivo de arrendamento não circulante	2.306
Imposto de renda e contribuição social diferido	217
Provisão para demandas judiciais	10.548
Receita diferida	57
	<b>17.709</b>
<b>Ativos líquidos total</b>	<b>2.656</b>

Os principais ativos e passivos identificados na alocação de valor justo na combinação de negócios foram: ativo imobilizado (terrenos e edificações), marcas e provisão para demandas judiciais.

Terrenos - O valor justo dos ativos ajustados acima foi estabelecido a partir da análise obtida na comparação com ativos imobilizados semelhantes no mercado, considerando seu melhor uso, assim foi reconhecida a mais valia no montante de R\$ 3.268 milhões.

Edificações - O valor justo das edificações foi determinado através de análise da área total dos ativos adquiridos e comparação com ativos semelhantes (lojas de mesmo formato). Como alocação foi reconhecida a mais valia no montante de R\$ 2.037 milhões. Marcas - A Companhia identificou os principais marcas da operação do Grupo BIG estando representadas pelos formatos de lojas operadas pelas bandeiras Maxi, Hiper, Super e Todo dia. As marcas possuem vida útil indefinida e foi reconhecido o montante de R\$ 263 milhões.

Provisão para demandas judiciais - O montante de mais valia reconhecida no passivo contingente de R\$ 5.417 milhões é relativo a processos judiciais classificados como obrigações possíveis e para os quais o valor justo foi mensurado confiavelmente, utilizando também premissas baseadas nas métricas acordadas no contrato de compra e venda ou por nossos consultores jurídicos externos.

Provisão para demandas judiciais trabalhistas - A Companhia, no âmbito do processo de identificação dos passivos atribuídos na combinação de negócios, identificou a prévia existência de prognósticos individualizados para as ações trabalhistas propostas contra o Grupo Big, tendo verificado que os montantes de perda avaliados pelos advogados dos respectivos processos superavam o montante provisionado. A Administração, com auxílio de assessores legais externos e independentes, procedeu à contabilização da exposição adicional de risco no montante de R\$ 1.655 milhões. Foi reconhecido o montante de R\$ 323 milhões na rubrica "Ativos mantidos para venda" com referência à obrigatoriedade da venda de 14 (catorze) lojas de acordo com a decisão proferida pelo CADE. Em 31 de dezembro de 2023, todas as lojas já haviam sido vendidas.

O ágio final apurado é atribuído principalmente ao valor das sinergias esperadas da combinação das operações do Grupo BIG e a Companhia reforçando a presença do Grupo Carrefour Brasil em regiões do país onde há penetração ainda é limitada. Não se espera que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda em curto espaço de tempo.

#### Ágio identificado

Contraprestação total transferida 6.687  
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos (2.656)  
**Ágio resultante na aquisição do Grupo Big 4.031**

Os custos relacionados à aquisição em 2023 (incluídos na Nota 25 - "Outras receitas (despesas)") totalizaram R\$ 18 milhões em 31 de dezembro de 2023. O Grupo BIG contribuiu com receitas no valor de R\$ 11.562 milhões e um prejuízo de R\$ 880 milhões para o resultado da Companhia para o período entre 1 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

Se o Grupo BIG tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2022, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 106.199 milhões e lucro proforma de R\$ 1.611 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa informação de receita líquida e lucro foi obtida mediante a simples agregação dos valores da adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano e esperados considerando a operação sob gestão da Companhia, e potenciais sinergias e estratégias de negócios que serão prospectivamente aplicadas.

#### Nota 4: Base de Consolidação

##### Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

##### (i) Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até a data em que o controle cessa.

##### (ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)

As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlado em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 12 "Investimentos". Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro 2023 e 2022 o Grupo não possuía participação em coligadas.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

##### Combinações de negócios

As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizadas pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1º de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios:

- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.
- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. É registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ao nível do Grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 14.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.

• Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:

- Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou
- a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuível ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").

O método utilizado é determinado numa base de transação a transação. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. • Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo recebe as informações que procura sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.

• Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

• Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.

#### Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

Qualquer alteração na participação do Grupo numa controlada após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (IFRS 10) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.

#### Conversão de operações em moeda estrangeira

As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação. Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.

#### Transações eliminadas na consolidação

As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A lista de entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	% de participação Direta	% de participação Indireta	% de participação Direta	% de participação Indireta
<b>Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour" ou "CCI") - Subsidiárias</b>	<b>100,00</b>	-	<b>100,00</b>	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Imopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.	-	100,00	-	100,00
E-midia informações Ltda.	-	100,00	-	100,00
CCI IP Participações Ltda.	-	100,00	-	100,00
CCI Desenv. Imobiliário Campo Belo Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Carrefour Unlimited Publicidade Ltda.	-	100,00	-	100,00
<b>Grupo BIG S.A. ("Grupo BIG" ou "BIG") - Subsidiárias</b>	<b>100,00</b>	-	<b>100,00</b>	-
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	67,39	32,61	59,90	40,10
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Bulge Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Kharkov Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Midway Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Overlord Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Pacífico Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Torch Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	-	100,00	-

#### BSF Holding S.A. - Subsidiárias

Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	-	51,00	-	51,00
<b>Pandora Participações Ltda.</b>	<b>100,00</b>	-	<b>100,00</b>	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	-	100,00	-	100,00
Verparinvest S.A.	-	100,00	-	100,00
<b>Cotabest Informação e Tecnologia S.A.</b>	<b>51,00</b>	-	<b>51,00</b>	-
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv. Imobiliário Nordeste Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv. Imobiliário Sul Ltda.	100,00	-	100,00	-

As mudanças ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 têm como objetivo a reorganização societária do Grupo e não alteraram a relação de controle da Companhia junto às suas subsidiárias.

#### Nota 5: Caixa e Equivalente de Caixa

##### Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	759	628	1.194	1.332
Aplicações financeiras	6.532	5.689	10.835	9.313
Aplicações financeiras FIDC	-	-	-	190
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.291</b>	<b>6.317</b>	<b>12.029</b>	<b>10.835</b>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas remunerados à taxa média ponderada de 97% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (92% em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e taxa média ponderada de 96% da taxa do CDI (94% em 31 de dezembro de 2022) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras FIDC eram remuneradas à taxa média ponderada de 100% do CDI. Em fevereiro de 2023 houve o encerramento do FIDC (Nota 34).

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 28.5.

#### Nota 6: Títulos e Valores Mobiliários

O Banco CSF e a BSF Holding compram títulos e valores mobiliários como parte de suas políticas de liquidez, no intuito de conter este investimento em médio prazo. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria "Valor justo em outros resultados abrangentes" e são mantidos para negociação futura ou até o vencimento. A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

	Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2023	31/12/2022
<b>Carteira Total:</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	940	829
Fundos de investimentos - Capital Venture	5	5
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>945</b>	<b>834</b>
Circulante	272	256
Não circulante	673	578
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se substancialmente a títulos públicos remunerados a taxa média de 100% da taxa Selic.		

#### Nota 7: Contas a Receber

##### Políticas contábeis

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, as contas a receber de atividades de atacado de autoserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (Nota 28). O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas em atacado	1.381	1.292	1.135	1.060
A receber de cartão de crédito	207	195	662	1.084
A receber de cartão de crédito de partes relacionadas (a)	474	374	-	-
Aluguel a receber de shopping centers e outros serviços	-	-	159	174
Cartão alimentação	126	91	287	209
Verbas comerciais a receber (b)	189	107	300	184
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (c)	122	76	168	110
Outras contas a receber de clientes	-	-	49	29
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(35)	(23)	(218)	(204)
<b>Contas a receber, líquido</b>	<b>2.464</b>	<b>2.112</b>	<b>2.542</b>	<b>2.646</b>
Circulante	2.464	2.112	2.534	2.633
Não circulante	-	-	8	13

(a) Saldo relacionado pelas vendas realizadas com os cartões Atacadão, Carrefour e Sam's Club, eliminados na consolidação.

(b) São representados basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrência de acordos comerciais realizados no momento da compra de mercadorias para revenda e outros acordos pontuais. A contrapartida é registrada no resultado do período, reduzindo o custo das mercadorias vendidas no momento da venda da mercadoria.

(c) Saldo a receber de partes relacionadas, refere-se ao contrato global com a controladora do Grupo na França (Nota 29).

A exposição do Grupo a riscos de contraparte são divulgadas na Nota 28.7.

#### Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

	Controladora	Consolidado
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>(16)</b>	<b>(249)</b>
Aquisição BIG	-	(23)
Constituição	(19)	(104)
Reversão	12	172
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>(23)</b>	<b>(204)</b>
Constituição	(28)	(133)
Reversão	16	119
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(35)</b>	<b>(218)</b>

#### Cessão de contas a receber de clientes

O Grupo fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber a bancos, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo correspondente a essas operações é de R\$ 1.475 milhões na controladora e R\$ 4.917 milhões no consolidado (R\$ 1.408 milhões na controladora e R\$ 4.378 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2022). O valor foi baixado do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos.

O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Juros de antecipação de cartão de crédito" (Nota 26 - Resultado financeiro).

#### Nota 8: Atividades de Soluções Financeiras

##### Políticas contábeis

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.



continuação

GRUPO  
CARREFOUR  
BRASIL**Nota 10: Impostos a Recuperar**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	235	192	2.578	2.928
ICMS substituição tributária (ST) (a)	1.300	1.586	2.938	3.449
ICMS a recuperar ativo imobilizado	142	135	247	184
PIS e COFINS (b)	267	342	907	999
Outros	-	1	165	193
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST	(160)	(160)	(1.501)	(1.903)
<b>Impostos a recuperar</b>	<b>1.784</b>	<b>2.096</b>	<b>5.334</b>	<b>5.850</b>
Circulante	295	807	1.056	1.839
Não circulante	1.489	1.289	4.278	4.011

(a) Grupo mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pelo Grupo. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros estados. Tais transações interestaduais permitem o Grupo recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST; por exemplo, ICMS e ICMS-ST pago nas aquisições, que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais. Dada decisão do Supremo Tribunal Federal - STF referente ao RE 593.849, de 2016, que reconheceu o direito do contribuinte ao ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, correspondente à diferença entre o valor do tributo recolhido previamente e aquele realmente devido no momento da venda, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo Grupo aumentaram. O Grupo está realizando partes destes créditos através de pedidos de compensação baseado em regimes especiais e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração do Grupo entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundas das operações e transferência de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante em um período aproximado de 6 anos e 10 anos. Há provisão para créditos sem perspectiva de realização.

(b) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal - "STF", proferiu decisões favoráveis aos contribuintes em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 de 15 de março de 2017. As ações judiciais permitiram o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Os processos da sua controlada direta - Grupo BIG tiveram o trânsito em julgado em agosto de 2019 e fevereiro de 2021. O montante de R\$ 320 milhões, sendo R\$ 169 milhões correspondente ao principal e R\$ 152 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017, foi reconhecido no exercício de 2021. Em 2020 foi reconhecido o montante de R\$ 1.018 milhões, sendo R\$ 503 milhões correspondente ao principal e R\$ 515 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2010.

A Companhia e suas controladas mensuraram de forma confiável e reconheceram o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Diante de todos os fatos descritos acima e com base na decisão transitada em julgado do RE 574.706, ocorrida em maio de 2021, pela qual o Superior Tribunal Federal - STF: (i) confirmou o entendimento de que é o ICMS Destacado que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e (ii) modulou os efeitos da decisão, a vigorar a partir de 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a referida data, que é o caso da Companhia e suas controladas, o Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, concluiu que: (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais do Grupo, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS (que é o ICMS destacado); e (ii) apesar da modulação dos efeitos da decisão do STF, houve a proteção para os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do STF em 2017, como é o caso das empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas. Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente. Agora as autuações fiscais referidas na Nota 18, o Grupo não tem conhecimento de qualquer reivindicação de terceiros relativamente a tais créditos.

**Nota 11: Depósitos e Bloqueios Judiciais****Políticas contábeis**

Os depósitos e bloqueios judiciais do Grupo são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a correção monetária. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 meses da data do balanço.

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

Os depósitos e bloqueios judiciais são classificados por categoria:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributários	154	139	2.373	2.198
Trabalhistas	1	1	370	357
Cíveis	-	-	139	189
<b>Depósitos e bloqueios judiciais</b>	<b>155</b>	<b>140</b>	<b>2.882</b>	<b>2.744</b>

Os depósitos judiciais tributários na posição consolidada são compostos principalmente pela ação do CCI e da Comercial de Alimentos sobre a incidência de PIS e COFINS não cumulativo, que totaliza R\$ 1.651 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.547 milhões em 31 de dezembro de 2022). A provisão é contabilizada em cada encerramento, conforme Nota 18.2.1.

**Movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais**

(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>131</b>	<b>2.570</b>
Aquisição BIG	-	584
Atualização	6	89
Adição (reversão)	3	179
Utilização (a)	-	(678)
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>140</b>	<b>2.744</b>
Atualização	8	132
Adição (reversão)	8	112
Utilização	(1)	(106)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>155</b>	<b>2.882</b>

(a) Refere-se principalmente ao encerramento da ação do Banco CSF sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

**Nota 12: Investimentos****Políticas contábeis**

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação do Grupo em Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis do Grupo, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e fazem parte integrante das operações do Grupo e a parte do seu resultado líquido do Grupo é, portanto, reportada como um componente separado nas demonstrações consolidadas.

**Composição dos saldos****(Em milhões de Reais)****Controladas:**

Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

Grupo BIG S.A.

Pandora Participações Ltda.

SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.

SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.

SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.

Cotabest Informação e Tecnologia S.A.

(-) Eliminação (a)

**Controladas em conjunto:**

Ewally Tecnologia e Serviços S.A. (b)

**Total dos investimentos****Movimentação dos saldos (controladora)****(Em milhões de Reais)****01/01/2022****01/01/2023****31/12/2022****31/12/2023****01/01/2023**

continuação

**Nota 14: Intangível****Políticas contábeis****Ágio**

O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.

Para o valor registrado antes da adoção do CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios, na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção dispo nível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade).

De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações de negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que a seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 14.3.

**Composição**

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	1.702	(312)	1.390	1.702	(312)	1.390
Software	147	(79)	68	108	(66)	42
Fundo de comércio e outros ativos	20	(1)	19	20	-	20
<b>Total</b>	<b>1.869</b>	<b>(392)</b>	<b>1.477</b>	<b>1.830</b>	<b>(378)</b>	<b>1.452</b>

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022				
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Valor contábil líquido
Ágio	7.320	(1.461)	-	5.859	7.320	(1.461)	-	5.859
Software	2.378	(1.784)	-	594	2.738	(2.126)	-	612
Marcas e patentes	263	-	(203)	60	263	-	-	263
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	66	(31)	-	35	120	(65)	(8)	47
Intangível em andamento	307	-	-	307	189	-	-	189
<b>Total</b>	<b>10.334</b>	<b>(3.276)</b>	<b>(203)</b>	<b>6.855</b>	<b>10.630</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(8)</b>	<b>6.970</b>

**Nota 14.1. Ágio**

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível do grupo das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

(Em milhões de Reais)	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Atacadão	1.390	1.390	1.390	1.390
<b>Total</b>	<b>1.390</b>	<b>1.390</b>	<b>1.390</b>	<b>1.390</b>

(Em milhões de Reais)	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Varejo	1.531	1.531	1.531	1.531
Atacadão	4.128	4.128	4.128	4.128
Sam's Club	200	200	200	200
<b>Total</b>	<b>5.859</b>	<b>5.859</b>	<b>5.859</b>	<b>5.859</b>

Em junho de 2022, O Atacadão concluiu a aquisição do Grupo BIG, por meio do qual a Companhia passou a deter a totalidade das ações de emissão do Grupo BIG. O ágio identificado, registrado no Atacadão, foi calculado pela diferença entre o valor da contraprestação total transferida de R\$ 6.687 milhões e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$ 2.656 milhões, resultando em um ágio no montante de R\$ 4.031 milhões. Para fins exclusivamente de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e requerido pelo CPC22/IFRS8 e CPC01/IAS36, o ágio foi alocado nos segmentos Atacadão, Varejo e Sam's Club.

**Nota 14.2. Intangível e ágio - Movimentação do valor contábil líquido**

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Amortizações	Saldo em 01/01/2022	Adições	Amortizações
Ágio	1.390	-	-	1.390	-	-
Software	42	40	(14)	68	-	-
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	20	-	(1)	19	-	-
<b>Total</b>	<b>1.452</b>	<b>40</b>	<b>(15)</b>	<b>1.477</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Transfe- zações	Saldo em 01/01/2022	Adições	Transfe- zações
Ágio	1.390	-	-	1.390	-	-
Software	34	19	(11)	42	-	-
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	-	-	-	20	-	-
<b>Total</b>	<b>1.424</b>	<b>19</b>	<b>(11)</b>	<b>1.452</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo em 01/01/2023	Amorti- zações	Baixas Líquidas	Saldo em 01/01/2022	Amorti- zações	Baixas Líquidas
Ágio	5.859	-	-	5.859	-	-
Software	612	52	(215)	594	175	-
Marcas e patentes	263	-	-	263	-	(203)
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	47	-	(5)	42	-	-
Intangível em andamento	189	268	-	457	-	-
<b>Total</b>	<b>6.970</b>	<b>320</b>	<b>(220)</b>	<b>6.855</b>	<b>175</b>	<b>(203)</b>

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo em 01/01/2022	Aquisi- ção BIG	Amorti- zações	Saldo em 01/01/2022	Aquisi- ção BIG	Amorti- zações
Ágio	1.828	4.031	-	5.859	-	-
Software	404	260	49	612	175	(4)
Marcas e patentes	-	263	-	263	-	(203)
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	24	5	-	29	-	-
Intangível em andamento	86	-	191	277	-	(88)
<b>Total</b>	<b>2.342</b>	<b>4.559</b>	<b>240</b>	<b>6.970</b>	<b>175</b>	<b>(11)</b>

(a) Impairment relacionado as marcas Maxxi e BIG devido a conversão destas lojas em Atacadão e Carrefour e, para as lojas Todo Dia devido ao encerramento de suas operações descrito na Nota 25.

**Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade**  
Políticas contábeis  
Em conformidade com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente.

Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o maior entre o seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por *impairment* é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuído à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

**Valor recuperável de ativos que não sejam ágio**

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente.

A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (*impairment*) ao ágio.

**Valor recuperável do ágio**

O CPC 01 (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado.

De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) - Informação por segmento.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs. Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um

**Outros ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4).

Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

**Classe de ativos**  
Software e outros ativos intangíveis 5 anos  
Fundo de comércio 10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A amortização de fundo de comércio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	1.702	(312)	1.390	1.702	(312)	1.390
Software	147	(79)	68	108	(66)	42
Fundo de comércio e outros ativos	20	(1)	19	20	-	20
<b>Total</b>	<b>1.869</b>	<b>(392)</b>	<b>1.477</b>	<b>1.830</b>	<b>(378)</b>	<b>1.452</b>

(Em milhões de Reais)	31/12/2023			31/12/2022				
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Valor contábil líquido
Ágio	7.320	(1.461)	-	5.859	7.320	(1.461)	-	5.859
Software	2.378	(1.784)	-	594	2.738	(2.126)	-	612
Marcas e patentes	263	-	(203)	60	263	-	-	263
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	66	(31)	-	35	120	(65)	(8)	47
Intangível em andamento	307	-	-	307	189	-	-	189
<b>Total</b>	<b>10.334</b>	<b>(3.276)</b>	<b>(203)</b>	<b>6.855</b>	<b>10.630</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(8)</b>	<b>6.970</b>

período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em orçamentos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração.

A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica. A taxa de desconto é calculada antes dos impostos.

Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de *impairment*. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:

- indicador de *impairment* interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o *forecast* mais recente; e  
- indicador de *impairment* externo: um aumento significativo da taxa de desconto e/ou um abaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.

**Determinação do valor recuperável**

Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo Atacadão, Varejo e Sam's Club que tem um ágio alocado no balanço, foram utilizadas projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração considerando as seguintes premissas:

- Recalculadas as projeções de 2024 a 2028 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseadas sobre projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a expansão das lojas;
- Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;
- Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâ-

(Em milhões de Reais)	Atacadão		Varejo		Soluções Financeiras		Sam's Club	
	Quan- tidade	% total lojas	Quan- tidade	% total lojas	Quantidade	% total lojas	Quan- tidade	% total lojas
Autosserviço	97	27%	-	N.A.	-	N.A.	-	N.A.
Atacadão de entrega	10	30%	-	N.A.	-	N.A.	-	N.A.
Sam's Club	-	N.A.	-	N.A.	24	47%	-	N.A.
Hipermercado	-	N.A.	45	31%	-	N.A.	-	N.A.
Supermercado	-	N.A.	98	47%	-	N.A.	-	N.A.
Conveniências	-	N.A.	124	71%	-	N.A.	-	N.A.
Centros de distribuições	-	N.A.	15	N.A.	-	N.A.	-	N.A.
Edifícios administrativos	1	N.A.	-	N.A.	1	N.A.	-	N.A.
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>282</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Controladora**

Passivo de arrendamento - Curto Prazo

Passivo de arrendamento Longo Prazo

**Consolidado**

Passivo de arrendamento - Curto Prazo

Passivo de arrendamento Longo Prazo

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliação do prazo de arrendamento.

Prazo	De		Até	
	1 a 5 anos	13,46%	15,30%	15,30%
6 a 10 anos	13,46%	16,11%	16,11%	16,11%
11 a 15 anos	14,33%	16,79%	16,79%	16,79%
Mais de 15 anos	15,08%	17,23%	17,23%	17,23%

**Outras considerações**

Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2023				2024				2025				2026				A partir de 2027			
	De	Até	De	Até	De	Até	De	Até	De	Até	De	Até	De	Até	De	Até	De	Até		
Inflação projetada (a)	4,46%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%		
Controladora	216	198	161	131	927	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633	1.633		
Consolidado	837	689	575	476	2.527	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104	5.104		

(a) Fonte: Relatório de Mercado Focus - Banco Central do Brasil

(Em milhões de Reais)	Juros de arrendamento considerando fluxos corrigidos pela inflação		Despesa de depreciação dos fluxos corrigidos pela inflação	
	De	Até	De	Até
Controladora	170	196	84	100
Consolidado	650	679	385	463

**Grupo como arrendador**

A controlada Carrefour arrenda suas propriedades para investimentos e galerias comerciais existentes em suas lojas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada Carrefour possuía o seguinte cronograma de recebimentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

(Em milhões de Reais)	31/12/2023		31/12/2022	
	De	Até	De	Até
Dentro de 1 ano	306	217	306	217
De 1 a 5 anos	606			

continuação

**Nota 17.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social corrente	(330)	(321)	(497)	(631)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(106)	83	(105)	(43)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(436)</b>	<b>(238)</b>	<b>(602)</b>	<b>(674)</b>

**Reconciliação da alíquota efetiva**

A alíquota de imposto efetiva consolidada do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 1.627% (25% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022) e reflete, entre outros efeitos, a variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos.

A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal da Controladora e do Consolidado é demonstrada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(359)</b>	<b>1.977</b>	<b>(37)</b>	<b>2.672</b>
Alíquota de imposto	-34%	-34%	-34%	-34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada</b>	<b>122</b>	<b>(672)</b>	<b>13</b>	<b>(908)</b>

Os quadros seguintes apresentam a composição dos impostos diferidos:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022	Resultado do exercício ORA 01/01/2023	01/01/2022	Resultado do exercício ORA 31/12/2023
Depreciação de imobilizado	(226)	(39)	(265)	(66)
Ganhos cambiais não realizados	(92)	(19)	(111)	57
Instrumentos financeiros derivativos	(75)	75	-	-
Amortização fiscal de ágio	(473)	-	(473)	-
Ajuste a valor justo	(4)	-	(4)	4
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>(870)</b>	<b>17</b>	<b>(853)</b>	<b>(5)</b>
Perdas cambiais não realizadas	139	(139)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	122	5	156
Provisões	154	28	182	3
Outras provisões administrativas	17	2	19	(16)
Provisão para participação nos lucros	30	27	57	(10)
Provisão para descontos de vendas em estoque	28	6	34	5
Plano de pagamento baseado em ações	8	9	17	6
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Outras provisões	30	11	41	12
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>435</b>	<b>66</b>	<b>506</b>	<b>(101)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos</b>	<b>(435)</b>	<b>83</b>	<b>(347)</b>	<b>(106)</b>

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022	Aquisição BIG Resultado do exercício ORA 01/01/2023	01/01/2022	Resultado do exercício ORA 31/12/2023
Depreciação de imobilizado	(285)	-	(44)	(329)
Amortização fiscal de ágio	(619)	-	-	(619)
Ganhos tributários não realizados	(21)	-	(20)	(41)
Instrumentos financeiros derivativos	(138)	-	(18)	-
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>(1.063)</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>(989)</b>
Perdas cambiais não realizadas	139	-	(139)	-
Impairment de ativos fixos	17	116	(12)	121
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	41	7
Efeito dos impostos no valor justo da aquisição do Grupo BIG	-	3	(58)	(55)
Provisões	1.068	1.616	(59)	2.625
Prejuízo fiscal	863	2.866	300	4.029
Provisão para participação nos lucros	78	20	56	154
Provisão para descontos de vendas em estoque	149	117	(26)	240
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	65	-	(23)	42
Plano de ações	8	-	9	17
Aluguéis	330	-	4	334
Outras provisões	289	606	(17)	878
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>3.006</b>	<b>5.344</b>	<b>76</b>	<b>8.433</b>
<b>Total de impostos diferidos líquidos</b>	<b>1.943</b>	<b>5.344</b>	<b>150</b>	<b>7.444</b>
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	(1.749)	(5.464)	(263)	(7.476)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos</b>	<b>194</b>	<b>(120)</b>	<b>(113)</b>	<b>(32)</b>

**Nota 17.3. Cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos**

Estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo com base nas: i) reversões de diferenças tributáveis futuras; e ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sendo que para as empresas do segmento de Varejo, o estudo técnico de viabilidade foi aprovado pela Administração:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2024	2025	2026	2026
<b>Impostos diferidos ativos</b>	<b>278</b>	<b>471</b>	<b>62</b>	<b>284</b>
			<b>62</b>	<b>219</b>
			<b>402</b>	<b>974</b>

**Nota 18: Provisões e Passivos Contingentes****Políticas contábeis**

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos da entidade para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável, conforme uma análise feita caso a caso, exceto por uma parte de reclamações trabalhistas, cuja provisão é estimada com base nas perdas históricas.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigência interpretação técnica ICPC 22 /IFRIC 23 sobre incertezas sobre o tratamento de imposto de renda. A controladora Carrefour Soluções Financeiras S.A. questiona o adicional de 6% de contribuição social cobrado de instituições financeiras.

De acordo com a nova norma, a provisão que é feita sobre essa discussão, passou a ser contabilizada na rubrica de imposto de renda e contribuição a pagar no passivo não circulante.

**Nota 18.1. Movimentação das provisões**

(Em milhões de Reais)	Controladora			
	01/01/2023	Atualizações e juros líquida	Adições/ (reversões)	Utilização 31/12/2023
Tributárias	208	29	(48)	(4)
Trabalhistas	49	2	13	(7)
Cíveis	39	(6)	-	(2)
Benefícios pós-emprego	13	2	2	-
<b>Provisões</b>	<b>309</b>	<b>27</b>	<b>(33)</b>	<b>(13)</b>
				<b>290</b>

(Em milhões de Reais)	Consolidado			
	01/01/2023	Atualizações e juros líquida	Adições/ (reversões)	Utilização 31/12/2023
Tributárias	9.189	205	(452)	(96)
Trabalhistas	2.912	36	103	(704)
Cíveis	1.319	22	(134)	(119)
Compromissos contingentes (a)	289	-	37	-
Benefícios pós-emprego	20	2	-	-
<b>Total</b>	<b>13.729</b>	<b>265</b>	<b>(446)</b>	<b>(919)</b>

(a) A provisão sobre os compromissos contingentes refere-se às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club a nossa empresa de segmentos financeiros, apresentadas na nota 33.

As empresas do Grupo estão envolvidas em certo número de processos judiciais, administrativos e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.

**Litígios e processos judiciais**

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

**Nota 18.2. Litígios tributários provisionados**

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2023, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

**Nota 18.2.1. PIS e COFINS**

A sistemática da não-cumulatividade para a apuração e pagamento de PIS e COFINS está em vigor desde 2002. Nesse regime, o contribuinte tem o direito de deduzir o

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Diferenças permanentes:</b>				
Juros sobre capital próprio	61	235	61	235
Equivalência patrimonial	(701)	(89)	-	-
Multas não dedutíveis	2	6	2	42
Variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos	-	-	(694)	(263)
Diferença de alíquota de imposto na controlada Banco CSF - alíquota nominal de 45%	-	-	(32)	(53)
Incentivo fiscal - subvenção de ICMS	98	270	98	270
Outras diferenças permanentes	(18)	12	(50)	3
<b>Total</b>	<b>(436)</b>	<b>(238)</b>	<b>(602)</b>	<b>(674)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>121%</b>	<b>-12%</b>	<b>1.627%</b>	<b>-25%</b>

**Nota 17.2. Impostos diferidos ativos e passivos**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo de impostos diferidos ativos	-	-	454	518
Saldo de impostos diferidos passivos	(456)	(347)	(591)	(550)
<b>Saldo líquido de impostos diferidos (passivos)</b>	<b>(456)</b>	<b>(347)</b>	<b>(137)</b>	<b>(32)</b>

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022	Resultado do exercício ORA 01/01/2023	01/01/2022	Resultado do exercício ORA 31/12/2023
Depreciação de imobilizado	(226)	(39)	(265)	(66)
Ganhos cambiais não realizados	(92)	(19)	(111)	57
Instrumentos financeiros derivativos	(75)	75	-	-
Amortização fiscal de ágio	(473)	-	(473)	-
Ajuste a valor justo	(4)	-	(4)	4
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>(870)</b>	<b>17</b>	<b>(853)</b>	<b>(5)</b>
Perdas cambiais não realizadas	139	(139)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	122	5	156
Provisões	154	28	182	3
Outras provisões administrativas	17	2	19	(16)
Provisão para participação nos lucros	30	27	57	(10)
Provisão para descontos de vendas em estoque	28	6	34	5
Plano de pagamento baseado em ações	8	9	17	6
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Outras provisões	30	11	41	12
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>435</b>	<b>66</b>	<b>506</b>	<b>(101)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos</b>	<b>(435)</b>	<b>83</b>	<b>(347)</b>	<b>(106)</b>

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022	Aquisição BIG Resultado do exercício ORA 01/01/2023	01/01/2022	Resultado do exercício ORA 31/12/2023
Depreciação de imobilizado	(285)	-	(44)	(329)
Amortização fiscal de ágio	(619)	-	-	(619)
Ganhos tributários não realizados	(21)	-	(20)	(41)
Instrumentos financeiros derivativos	(138)	-	(18)	-
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>(1.063)</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>(989)</b>
Perdas cambiais não realizadas	139	-	(139)	-
Impairment de ativos fixos	17	116	(12)	121
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	41	7
Efeito dos impostos no valor justo da aquisição do Grupo BIG	-	3	(58)	(55)
Provisões	1.068	1.616	(59)	2.625
Prejuízo fiscal	863	2.866	300	4.029
Provisão para participação nos lucros	78	20	56	154
Provisão para descontos de vendas em estoque	149	117	(26)	240
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	65	-	(23)	42
Plano de ações	8	-	9	17
Aluguéis	330	-	4	334
Outras provisões	289	606	(17)	878
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>3.006</b>	<b>5.344</b>	<b>76</b>	<b>8.433</b>
<b>Total de impostos diferidos líquidos</b>	<b>1.943</b>	<b>5.344</b>	<b>150</b>	<b>7.444</b>
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	(1.749)	(5.464)	(263)	(7.476)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos</b>	<b>194</b>	<b>(120)</b>	<b>(113)</b>	<b>(32)</b>

montante de PIS e COFINS pagos em estágios anteriores da cadeia produtiva daqueles a pagar no estágio atual. Em 2004, o Carrefour optou por discutir judicialmente o aproveitamento integral de créditos de PIS e COFINS de determinados custos e despesas necessários para suas atividades. O Carrefour reconhece créditos de PIS e COFINS sobre itens em disputa e como o desfecho da mencionada demanda judicial ainda é incerto, o Carrefour reconheceu provisão para determinados créditos e efetuou depósito judicial da importância envolvida, em bases mensais.

Em setembro de 2018, o Carrefour deixou de reconhecer créditos de PIS e COFINS sobre determinados itens em disputa, cessando assim a necessidade de reconhecimento de provisão adicional e respectivos depósitos judiciais. Os valores referentes a esta provisão estão depositados judicialmente, conforme apresentado na Nota 11.

**Nota 18.2.2. ICMS Cesta Básica**

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que parte dos créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica deveria ser estornada. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de fevereiro de 2015, com efeito de repercussão geral, impactando todos os contribuintes. Os contribuintes apresentaram embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da decisão, para que esta produzisse efeitos a partir da conclusão final do recurso.

Em 9 de maio de 2019, o STF rejeitou os embargos de declaração, apresentados pelo contribuinte no caso principal (RE 635.688). Como resultado, não houve modulação dos efeitos do estorno de parte dos créditos reconhecidos sobre as transações de períodos anteriores dessa decisão. Desta forma, parte substancial das adições de provisões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 refere-se à provisão registrada em decorrência da mudança de estimativa de probabilidade de perda de provisão para provável em relação à matéria.

Em 06 de junho de 2019, os contribuintes envolvidos nesta causa apresentaram novos embargos de declaração que foram novamente rejeitados.

A Companhia e suas controladas aderiram a programas de anistia fiscal concedidos por determinados estados durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, os quais incluíam débitos relacionados a este tema.

**Nota 18.2.3. Imposto sobre Operações Financeiras - IOF**

As subsidiárias do Grupo BIG foram autuadas pela Receita Federal visando a cobrança de IOF/Crédito nas operações de mútuo entre as empresas do Grupo. Devido à natureza extrafiscal do IOF sua incidência deveria estar limitada às instituições financeiras. Em razão da controvérsia, o tema será decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral.

Devido aos precedentes dos Tribunais inferiores, desfavoráveis aos contribuintes, foi constituída a provisão.

Em 31 de dezembro de 2023 a provisão constituída, atualizada pela correção monetária, totalizava o valor de R\$ 254 milhões.

**Nota 18.2.4. IPI na Importação com Posterior Revenda dos Importados**

As subsidiárias do Grupo BIG receberam algumas autuações da autoridade fiscal federal visando a cobrança de IPI sobre Revenda de Produtos Importados. Após decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu em sede de repercussão geral (RE946648), sobre a incidência do IPI na revenda, foi revisada a expectativa de perda para provável, com a constituição da respectiva provisão.

Durante o terceiro trimestre de 2023, a subsidiária do Grupo BIG aderiu à acordo de transação tributária instituído pela Procuradoria da Fazenda Nacional para parcelamento de um dos débitos sobre o tema, de modo que parte dos valores previamente provisionados foram transferidos para o contas a pagar (R\$ 130 milhões), permanecendo R\$ 181 milhões a título de provisão em 31 de dezembro de 2023.

**Nota 18.2.5. Outras contingências fiscais**

A Companhia e suas controladas receberam outras autuações fiscais que, após análise, foram classificadas como "perdas prováveis". Os principais tópicos envolvidos são: (i) ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias, (ii) Aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - "FAP", (iii) Pedido eletrônico de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação - "PER/DCOMP", (iv) COFINS - Base de cálculo e alíquota, (v) contribuições previdenciárias incidentes sobre algumas verbas e descontos em folha de pagamento e (vi) outras causas menos relevantes.

**Nota 18.2.6. Resumo dos litígios fiscais provisionados**

Os litígios tributários do Grupo provisionados, por natureza de tributo é apresentada no quadro abaixo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	(35)	(22)	(1.534)	(1.426)
IOF	-	-	(254)	(237)
IPI	-	-	(181)	(304)
ICMS	(109)	(157)	(1.579)	

continuação

O Carrefour constituiu provisão sobre o valor atualizado dos débitos, levando em consideração os casos que já receberam decisões já proferidas, ainda que não definitivas, o montante provisionado é revisado periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste passivo contingente era de R\$ 1.138 milhões (R\$ 1.533 milhões em 31 de dezembro de 2022).

#### Créditos tributários disputados no Carrefour (ICMS)

Os centros de distribuição de São Paulo receberam autuações referentes a supostos créditos indevidos de ICMS, referente ao ano de 2008. As Autoridades alegaram que tais créditos haviam sido reconhecidos em 2008 através de Guia de Informação e Apuração do ICMS - "GIA's", e registrados nos livros fiscais sem a devida documentação (notas fiscais). Em 31 de dezembro de 2023, o valor total das autuações recebidas era de R\$ 539 milhões (R\$ 512 milhões em 31 de dezembro de 2022).

#### Créditos tributários decorrentes de determinadas despesas (PIS e COFINS)

O Grupo Carrefour recebeu autuações fiscais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas.

Em janeiro de 2022 a controlada Carrefour recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a créditos sobre determinadas despesas, relacionadas ao exercício de 2017, no montante de R\$ 155 milhões. Foi apresentada impugnação integral no caso, o qual aguarda julgamento de recurso em segunda instância administrativa, após decisão parcialmente favorável para a Companhia, ainda pendente de confirmação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

No primeiro semestre de 2023, as empresas do Grupo receberam autos de infração de PIS e COFINS referente a créditos sobre determinadas despesas, relacionadas aos exercícios de 2019 e 2020. O valor total envolvido é de 314 milhões na Controladora e R\$ 442 milhões no Consolidado.

O valor total das autuações fiscais era de R\$ 1.926 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.332 milhões em 31 de dezembro de 2022).

#### Dedutibilidade da amortização do ágio no Carrefour (IRPJ)

No decorrer de suas atividades econômicas, o Grupo Carrefour adquiriu nove redes de supermercados entre os anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente incorporadas ao Carrefour. Estas transações geraram o registro de ágio que foi amortizado para fins fiscais.

Referente à matéria e para os anos de 2007 a 2013, a autoridade tributária questiona a dedutibilidade da amortização do ágio, reconhecida pelo Carrefour, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei n. 9.249/1995, Decreto n. 1.598/1977 e normas de contabilidade. O ponto principal da discussão é a comprovação de pagamento feito pelo Carrefour para as aquisições realizadas e alocação das despesas de ágio. Adicionalmente, os autos de infração tratam também sobre as despesas de provisões não dedutíveis e a redução do lucro tributável.

Em janeiro de 2017, o CARF decidiu, por unanimidade, a favor do Carrefour: (i) sobre a dedutibilidade do ágio (2009 a 2012) relacionado a duas das nove aquisições; e (ii) relativa à redução do lucro tributável. O Grupo está aguardando a publicação da decisão. As demais aquisições ainda aguardam julgamento.

Em setembro de 2017, a Câmara Superior do CARF, para o período de 2007, manteve a decisão parcialmente favorável quanto à dedutibilidade do ágio (2007) referente às duas aquisições e relativo ao lucro tributável, entretanto, a Câmara julgou improcedente a dedutibilidade do ágio para as demais aquisições.

Em outubro de 2017, foi publicado o acórdão e o Carrefour apresentou recurso Embargos de Declaração que foram julgados e a Câmara Superior do CARF manteve a decisão parcialmente favorável.

Em março de 2018, o processo foi encerrado na esfera administrativa e a Receita Federal do Brasil constituiu a cobrança do débito remanescente com base nos efeitos da decisão parcialmente favorável. A Companhia está seguindo com a discussão na esfera judicial e apresentou seguro garantia.

Em dezembro de 2018, a controlada Carrefour recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema, mais relacionado ao ano-calendário de 2013. Nesse caso, considerando que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade tributária identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013 (R\$ 69 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019.

Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve uma decisão favorável no caso da amortização de ágio decorrente da aquisição da Companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superior do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R\$ 62 milhões (ágio 2008 a 2012).

Em 31 de dezembro de 2023 o valor total das autuações recebidas era de R\$ 230 milhões (R\$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2022) considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 114 milhões (R\$ 105 milhões em 31 de dezembro de 2022).

#### Bonificação de fornecedores recebidas (PIS e COFINS)

Como prática comum no varejo, o Grupo Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas. O Grupo Carrefour recebeu autos de infração, nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.

Em janeiro de 2022 a controlada Carrefour recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a descontos comerciais de seus fornecedores, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 332 milhões. Foi apresentada impugnação integral no caso, o qual aguarda julgamento de recurso em segunda instância administrativa.

Decisões favoráveis foram proferidas ao longo dos anos, mas nenhuma delas de forma definitiva.

Durante o ano de 2023 houve o encerramento da esfera administrativa em dois dos autos de infração, de modo que a discussão foi iniciada na esfera judicial.

Em junho de 2023, a Controladora recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a descontos comerciais de seus fornecedores, para o exercício de 2019 e 2020, no valor de R\$ 455 milhões. Foi apresentada impugnação integral no caso, o qual aguarda julgamento em primeira instância administrativa.

Em novembro de 2023, a Controladora Carrefour recebeu decisão parcial favorável que reduziu a exposição em R\$ 116 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total das autuações recebidas pelo Grupo Carrefour era de R\$ 1.379 milhões (R\$ 885 milhões em 31 de dezembro de 2022).

#### Outras contingências fiscais não provisionadas

A Companhia e suas controladas ainda possuem outras demandas administrativas e judiciais, as quais, após análise, foram classificadas como "perdas possíveis". Dentre os tópicos envolvidos estão: ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), falta de pagamento e obrigações acessórias.

#### Nota 18.5.2. Cíveis

##### Processo administrativo

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) iniciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo, funcionário e ex-funcionário do Atacadão S.A., referentes às condições para a renovação de licenças de operação de sua sede e duas lojas. Os processos investigatórios acima e o processo criminal em andamento não envolveram a Companhia e o funcionário e ex-funcionários do Atacadão S.A foram absolvidos.

Em 27 de junho de 2020 e 25 de maio de 2021, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. acerca da abertura de processos administrativos de responsabilização instaurados com base nos procedimentos investigatórios descritos acima. No dia 14 de março de 2023 foi proferida decisão de primeira instância para um dos casos absolvendo o Atacadão S.A. sendo que em 12 de abril de 2023 foi certificado o transcurso do prazo sem a apresentação de recurso pela Municipalidade. O outro processo se encontra em fase inicial.

Com base nas circunstâncias de conhecimento da Companhia até o momento e decisões proferidas nos processos, não existem ajustes a serem feitos nas demonstrações financeiras em relação ao tema.

#### Nota 19: Receita Diferida

##### Controladora

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.

Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato.

Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A, controladora direta do Banco CSF S.A.

A tabela abaixo mostra o montante registrado na controladora referente a essa transação:

(Em milhões de Reais)	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Transação "Cartão Atacadão"	220	247
Outras receitas diferidas	19	2
<b>Receita diferida</b>	<b>239</b>	<b>249</b>
Circulante	31	28
Não circulante	208	221

##### Consolidado

Em 03 de novembro de 2020, a Companhia lançou o Programa "Minhas Recompensas", conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e o banco. Neste, os clientes podem acumular moedas virtuais e trocá-las, durante o período de três meses, por inúmeros benefícios, seja em vouchers de desconto em compras ou para uso em nossos parceiros, de forma a gerar economias na cesta como um todo. As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no consolidado referente essa transação é de R\$ 40 milhões no passivo circulante (R\$ 27 milhões em 31 de dezembro de 2022).

#### Nota 20: Patrimônio Líquido

##### Nota 20.1. Gestão de capital

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:

- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos;

- Otimizar os retornos dos acionistas; e

- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar o dividendo pago aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.

O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

##### Nota 20.2: Capital social e ações em tesouraria

###### Nota 20.2.1. Capital social

###### Emissão de ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia emitiu 1.100.345 novas ações ordinárias (1.503.290 em 31 de dezembro de 2022), nominativas, escriturais e sem valor nominal com o valor de emissão de R\$ 11,70 por ação, em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

Em 15 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 2.999.016 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 9,71 por ação, observado que no caso de 496.666 ações, emitidas aos colaboradores da própria Companhia (e não de suas subsidiárias) foi aplicado um desconto de 15%, resultando em um preço de emissão de R\$ 8,25 para tais ações, em função ao exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito de Plano de Outorga de Opção de Compra e Matching de Ações da Companhia.

Em 17 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 529.780 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 0,01 por ação, em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito de Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, Plano "Pré-LTI", descrito na nota 31.

O capital social da Companhia devidamente aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado, era de R\$ 9.960 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 9.918 milhões em 31 de dezembro de 2022), representado por 2.108.294.411 ações ordinárias (2.103.665.270 em 31 de dezembro de 2022), nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social por quantidade de ações em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
<b>Quantidade de ações</b>				
<b>Acionistas</b>				
Carrefour Nederland B.V.	770.832.970	37%	770.832.970	37%
Carrefour S.A.	651.400.000	31%	651.400.000	31%
Península II Fundo de Investimento em Participações	152.070.854	7%	152.070.854	7%
FIP Momentum	83.717.879	4%	83.717.879	4%
Brazil Holdings S.C.S.	29.567.478	1%	29.567.478	1%
Outros	420.705.230	20%	416.076.089	20%
<b>Total</b>	<b>2.108.294.411</b>	<b>100%</b>	<b>2.103.665.270</b>	<b>100%</b>

##### Nota 20.2.2. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiária; iv) incorporação ao capital; v) pagamento de dividendo cumulativo e; vi) outros itens relacionados a aquisição do grupo BIG.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total da reserva de capital era de R\$ 2.154 milhões (R\$ 2.140 milhões em 31 de dezembro de 2022).

##### Efeito dos planos de ações e de opções liquidável em ações

O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 81 milhões (R\$ 67 milhões em 31 de dezembro de 2022) correspondente ao efeito do plano de opções liquidável em ações da Companhia e ao plano de benefício liquidável com ações da controladora final da Companhia (Carrefour S.A.) apresentados na nota 31.

##### Nota 20.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários

Montante decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. "Brepa", que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

##### Nota 20.2.4. Reserva de lucros

###### Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 627 milhões.

###### Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia.

###### Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais foi constituída nos termos do artigo 30 da Lei nº 12.973/14, podendo ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

##### Nota 20.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

(i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge (Nota 28.8);

(ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e

(iii) Variação líquida acumulada de provisões de benefícios pós-emprego aos funcionários do Grupo.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que eles se referem.

##### Nota 20.3. Ações em tesouraria

###### Políticas contábeis

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

Não havia ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

##### Nota 20.4. Dividendos

###### Políticas contábeis

O Estatuto da Companhia prevê que, no mínimo, 0,1% do lucro líquido ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio ("JSCP") é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 17.1).

##### Controladora

Em 13 de abril de 2023, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no valor bruto de R\$ 132 milhões, equivalente ao valor de R\$ 0,0628537948 por ação. Tal valor, somado aos R\$ 687 milhões declarados e pagos na forma de antecipação de lucros, em 29 de junho de 2022, 29 de setembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022, nos termos das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 13 de junho de 2022, 12 de setembro de 2022 e 1º de dezembro de 2022, totalizam R\$ 819 milhões, correspondentes a 45% do lucro líquido ajustado da Companhia apurado no exercício de 2022.

Em 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia no valor total R\$ 179 milhões, relativos ao exercício fiscal de 2023, equivalentes ao valor de R\$ 0,084924093 por ação em circulação. O pagamento foi efetuado em 29 de novembro de 2023.

(Em milhões de Reais)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(795)	1.739
Reserva legal	-	(87)
<b>Lucro líquido ajustado, de acordo com a lei das S.A.s</b>	<b>(795)</b>	<b>1.652</b>
Dividendos/JSCP	179	819
	N.A.	50%

##### Controlada BSF holding

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2022, é R\$ 152 milhões, dos quais o valor de R\$ 78 milhões pago a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 74 milhões pago ao acionista não controlador Itau Unibanco S.A.

Em 27 de abril de 2023, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 101 milhões, dos quais o valor de R\$ 52 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 49 milhões ao acionista não controlador Itau Unibanco S.A. O pagamento foi efetuado em 20 de junho de 2023.

Em 14 de dezembro de 2023, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de não distribuição de dividendos da controlada BSF holding, referente ao ano de 2023.

##### Nota 20.5. Não controladores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os acionistas não controladores possuem participação em 49% das ações da Côtabest Informação e Tecnologia S.A. e 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A. detida pelo Banco Itau Unibanco S.A. A BSF holding detém 100% do capital social do Banco CSF S.A, cujo objeto é o fornecimento, distribuição e comercialização de produtos e soluções financeiras.



#### Nota 21: Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Participação dos Controladores)

##### Políticas contábeis

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício.

As ações em tesouraria, descritas na Nota 20.3, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. As ações emissíveis de forma contingente são tratadas como em circulação e incluídas no cálculo do resultado básico por ação somente a partir da data em que todas as condições necessárias estejam satisfeitas. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O número médio ponderado de ações considera os efeitos das emissões de ações ordinárias em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores (Em milhões de Reais)</b>	<b>(795)</b>	<b>1.739</b>
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhões)	2.107	2.055
<b>Denominador básico (em milhões)</b>	<b>2.107</b>	<b>2.055</b>
Opções de compra de ações (em milhões)	-	1
<b>Denominador diluído (em milhões)</b>	<b>2.107</b>	<b>2.056</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)</b>	<b>(0,38)</b>	<b>0,85</b>
<b>Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)</b>	<b>(0,38)</b>	<b>0,85</b>

#### Nota 22: Receita Operacional Líquida

##### Políticas contábeis

Receitas ("Receita operacional líquida") compreendem receitas líquidas e outras receitas.

As vendas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas do Grupo, e-commerce, postos de gasolina e farmácias.

As outras receitas compreendem as receitas de atividades bancárias (incluindo serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular, taxas de cartões bancários e taxas de organização de linhas de crédito tradicionais e renováveis), receitas de desenvolvimento imobiliário, taxas de agência de viagens, alugueis de centros comerciais e taxas de franquia.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida se:

- Sobre as vendas de mercadorias, (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

- Sobre as vendas de serviços, (i) No período em que o serviço é prestado (serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular), os pagamentos são apresentados em uma base líquida e reconhecidos na declaração da renda quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo, e quando as quantidades podem ser mensuradas de forma confiável (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A. (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii)



continuação



Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2022				
(Em milhões de Reais)	Divisão por categoria		Valor	
	Nível Contábil	VJR amortizado VJORA	Reapresentado	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	10.835	-	10.835	-10.835
Títulos e valores mobiliários	2 834	-	834	834
Contas a receber	2 2.646	1.007	1.639	- 2.646
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	2 13.722	-	13.722	-13.267
Instrumentos financeiros derivativos	2 2	-	2	2
Outras contas a receber	2 2.224	-	2.224	- 2.224
<b>Ativo</b>	<b>30.263</b>	<b>1.007</b>	<b>28.420</b>	<b>836 29.808</b>
Fornecedores	20.641	-	20.641	-20.641
Empréstimos	2 14.367	5.285	9.082	-16.483
Instrumentos financeiros derivativos	2 597	-	597	597
Operações com cartão de crédito	2 12.204	-	12.204	-12.226
Fundo de investimento em direitos creditórios	2 367	-	367	- 367
Outras contas a pagar	2 1.076	-	1.076	- 1.076
<b>Passivo</b>	<b>49.252</b>	<b>5.285</b>	<b>43.370</b>	<b>597 51.390</b>

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os empréstimos do Grupo são detalhados no quadro abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
<b>Circulante</b>						
Em moeda estrangeira						
Resolução nº 4131	-	725	-	725	1,33% a 2,4% a.a.	04/2023
Resolução nº 4131	705	489	705	489	0,91% a 1,87% a.a.	09/2024
Resolução nº 4131	-	2.677	-	2.677	1,08% a 1,71% a.a.	05/2023 e 06/2023
Resolução nº 4131	-	-	-	-	3,61% a 5,79% a.a.	12/2023
Resolução nº 4131	18	-	18	-	4,18% a 5,16% a.a.	04/2025
Resolução nº 4131	770	-	770	-	4,68% a 6,41% a.a.	12/2024 a 12/2025
Em moeda local						
Carrefour Finance	8.781	6.348	8.781	6.348	R\$ (Pré 14,25% a 14,95% a.a.)	04/2024 a 11/2024
Debêntures	-	513	-	513	105,75% CDI	04/2023
Debêntures	358	9	358	9	CDI + 0,55% a 0,65% a.a.	06/2024 a 06/2026
Resolução nº 4131	641	24	641	24	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Debêntures	71	59	71	59	CDI + 0,55% a 0,79% a.a.	08/2026 a 08/2027
Debêntures	14	-	14	-	CDI + 0,95% a 1,00% a.a.	05/2026 a 05/2028
Letras financeiras	-	-	-	103	CDI + 0,55% a.a.	2023
<b>Total</b>	<b>11.358</b>	<b>10.869</b>	<b>11.358</b>	<b>10.972</b>		
<b>Não circulante</b>						
Em moeda estrangeira						
Resolução nº 4131	-	725	-	725	0,91% a 1,87% a.a.	09/2024
Resolução nº 4131	734	-	734	-	4,82% a 5,16% a.a.	04/2025
Resolução nº 4131	1.530	-	1.530	-	4,68% a 6,41% a.a.	12/2024 a 12/2025
Em moeda local						
Debêntures	200	550	200	550	CDI + 0,55 a 0,65 a.a.	06/2024 a 06/2026
Resolução nº 4131	-	620	-	620	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Debêntures	1.500	1.500	1.500	1.500	CDI + 0,55% a 0,79% a.a.	08/2026 a 08/2027
Debêntures	930	-	930	-	CDI + 0,95% a 1,00% a.a.	05/2026 a 05/2028
<b>Total</b>	<b>4.894</b>	<b>3.395</b>	<b>4.894</b>	<b>3.395</b>		

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estão cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros incluindo juros dos passivos financeiros.

(Em milhões de Reais)	Controladora					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	12.264	12.264	-	-	-	12.264
Empréstimos	16.252	13.401	2.389	4.215	-	20.005
Instrumentos financeiros derivativos	184	127	57	-	-	184
Passivo de arrendamento	1.503	231	240	625	3.760	4.856
Outras contas a pagar	736	727	-	-	9	736
<b>Total do passivo</b>	<b>30.939</b>	<b>26.750</b>	<b>2.686</b>	<b>4.840</b>	<b>3.769</b>	<b>38.045</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>						
(Em milhões de Reais)	Controladora					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	12.715	12.715	-	-	-	12.715
Empréstimos	14.264	13.942	2.252	2.964	-	19.158
Instrumentos financeiros derivativos	593	497	96	-	-	593
Passivo de arrendamento	1.185	176	182	498	3.077	3.933
Operações de cartão de crédito	13.877	12.300	1.577	-	-	13.877
Outras contas a pagar	347	342	-	-	5	347
<b>Total do passivo</b>	<b>29.104</b>	<b>27.672</b>	<b>2.530</b>	<b>3.462</b>	<b>3.082</b>	<b>36.746</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>						
(Em milhões de Reais)	Consolidado					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	20.641	20.641	-	-	-	20.641
Empréstimos	14.367	14.045	2.252	2.964	-	19.261
Instrumentos financeiros derivativos	597	501	96	-	-	597
Passivo de arrendamento	4.704	887	895	2.222	10.905	14.909
Operações de cartão de crédito	12.204	10.624	1.580	-	-	12.204
Fundo de investimento em direitos creditórios	367	367	-	-	-	367
Outras contas a pagar	1.076	1.071	-	-	5	1.076
<b>Total do passivo</b>	<b>53.956</b>	<b>48.136</b>	<b>4.823</b>	<b>5.186</b>	<b>10.910</b>	<b>69.055</b>

**Uso dos recursos**  
O objetivo das emissões é o alongamento do perfil de dívida da Companhia com um custo competitivo. Os recursos foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado de dívidas existentes ou como lastro de emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

**Pagamentos**  
Em 25 de abril de 2023, a Companhia realizou o resgate na data do vencimento da totalidade das Debêntures dos Debenturistas da Segunda Série da primeira emissão no valor de R\$ 500 milhões.

**Captação de empréstimos**  
Em janeiro de 2023, a companhia contratou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizaram R\$ 2,3 bilhões (US\$ 260 milhões e € 175 milhões). Os contratos têm vencimento em 11 meses, com taxas de juros que variam de 3,61% a 5,79% a.a.

Em abril de 2023, a companhia contratou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizaram R\$ 744 milhões (€ 137 milhões). Os contratos têm vencimento em 24 meses, com taxas de juros que variam de 4,18% a 5,16% a.a.

Em dezembro de 2023, a companhia contratou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizaram R\$ 2,3 bilhões (US\$ 308 milhões e € 152 milhões). Os contratos têm vencimento em 12 e 24 meses, com taxas de juros que variam de 4,68% a 6,41% a.a.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8.

Em abril de 2023, o Grupo assinou com o Carrefour Finance, no qual é disponibilizado um limite adicional de R\$ 6,3 bilhões à taxa de 14,95% a.a. em uma linha de crédito revolventes (RCF ou "Revolving Credit Facility").

**Linhas de Crédito com Carrefour Finance**  
Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo Carrefour Brasil possui duas linhas de crédito revolventes (RCF ou "Revolving Credit Facility") com o Carrefour Finance. Estas

**Nota 28.2. Descrição dos principais riscos financeiros aos quais estamos expostos**

Nossos principais riscos associados aos instrumentos financeiros que nós utilizamos são os riscos de liquidez, taxa de juros, moeda e contraparte. Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacadão.

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos quatro segmentos de negócios e mantém contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios. Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.

**Nota 28.3. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos e linhas de crédito disponíveis de forma suficiente para liquidar nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado. As projeções do fluxo de caixa do Grupo são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através da contratação de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a instituições financeiras.

Conforme Nota 16 - Fornecedores, a Companhia disponibiliza aos fornecedores convênios com instituições financeiras para os fornecedores efetuarem a antecipação de seus recebíveis.

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor (Em milhões de Reais)
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	De DI+1,10% a.a. até DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	300
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024	De DI+1,00% a.a. até DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	250
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024 a 2025	De DI+1,00% a.a. até DI+1,15% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	700
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,25% a.a. até DI + 1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	700
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	108% do DI	Principal e juros na data do vencimento	12
					<b>1.962</b>

**Nota 28.4. Conciliação dos passivos resultantes das atividades de financiamento**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos	Empréstimos	Empréstimos	Empréstimos
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>6.810</b>	<b>6.992</b>	-	-
Aquisição BIG (considera FIDC)	-	-	-	974
Captação de empréstimos	11.838	11.838	-	-
Amortização de empréstimos	(4.325)	(5.031)	-	-
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(360)	(596)	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	20	-	-
<b>Variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>7.153</b>	<b>7.205</b>	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	413	649	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(112)	(112)	-	-
<b>Total variação não caixa</b>	<b>301</b>	<b>537</b>	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>14.264</b>	<b>14.734</b>	-	-
<b>(Em milhões de Reais)</b>				
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>14.264</b>	<b>14.734</b>	-	-
Captação de empréstimos	8.931	8.931	-	-
Amortização de empréstimos	(6.760)	(6.863)	-	-
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(1.517)	(1.732)	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	(367)	-	-
<b>Variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>654</b>	<b>(31)</b>	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	1.243	1.458	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	91	91	-	-
<b>Total variação não caixa</b>	<b>1.334</b>	<b>1.549</b>	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>16.252</b>	<b>16.252</b>	-	-

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>1.043</b>	<b>2.038</b>	-	-
Aquisição BIG	-	2.379	-	-
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	136	462	-	-
Adições e baixas de financiamento	195	458	-	-
Outras variações não caixa	(26)	38	-	-
<b>Total variação não caixa</b>	<b>305</b>	<b>3.337</b>	-	-
Amortização de principal - contratos de arrendamento	(27)	(209)	-	-
Amortização de juros - contratos de arrendamento	(136)	(462)	-	-
<b>Variações nos fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>	<b>(163)</b>	<b>(671)</b>	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.185</b>	<b>4.704</b>	-	-

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>1.185</b>	<b>4.704</b>	-	-
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	170	650	-	-
Adições e baixas de financiamento	352	493	-	-
Outras variações não caixa	-	(64)	-	-
<b>Total variação não caixa</b>	<b>522</b>	<b>1.079</b>	-	-
Amortização de principal - contratos de arrendamento	(34)	(256)	-	-
Amortização de juros - contratos de arrendamento	(170)	(650)	-	-
<b>Variações nos fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>	<b>(204)</b>	<b>(906)</b>	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.503</b>	<b>4.877</b>	-	-

**Nota 28.5. Risco de taxa de juros**

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida utilizando como premissa uma taxa base do CDI de 11,65% na data destas demonstrações financeiras segundo o Banco Central do Brasil. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue. Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

(Em milhões de Reais)	Controladora						
	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	6.532	(73)	(183)	(366)	73	183	366
Empréstimos	(7.471)	94	235	470	(94)	(235)	(470)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(939)</b>	<b>21</b>	<b>52</b>	<b>104</b>	<b>(21)</b>	<b>(52)</b>	<b>(104)</b>

(Em milhões de Reais)	Consolidado						
	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	10.835	(122)	(306)	(611)	122	306	611
Títulos e valores mobiliários	945	(11)	(28)	(55)	11	28	55
Empréstimos	(7.471)	94	235	470	(94)	(235)	(470)
<b>Exposição líquida</b>	<b>4.309</b>	<b>(39)</b>	<b>(99)</b>	<b>(196)</b>	<b>39</b>	<b>99</b>	<b>196</b>

(Em milhões de Reais)	Controladora						
	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	5.689	(73)	(182)	(364)	73	182	364
Empréstimos	(7.916)	38	96	192	(38)	(96)	(192)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(2.227)</b>	<b>(35)</b>	<b>(86)</b>	<b>(172)</b>	<b>35</b>	<b>86</b>	<b>172</b>

continuação



**Contas a receber**  
As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel).  
As perdas por *impairment* são reconhecidas quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber.  
*Composição do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer*

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Vencido</b>				
Até 30 dias	34	15	330	54
30-90 dias	7	1	160	39
91-180 dias	3	3	28	17
Acima de 180 dias	28	18	105	82
<b>Total vencidos</b>	<b>72</b>	<b>37</b>	<b>623</b>	<b>192</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>2.116</b>	<b>1.915</b>	<b>1.669</b>	<b>2.364</b>
<b>Total de Contas a receber de clientes</b>	<b>2.188</b>	<b>1.952</b>	<b>2.292</b>	<b>2.556</b>
Verbas comerciais a receber	311	183	468	294
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(35)	(23)	(218)	(204)
<b>Total de Contas a receber</b>	<b>2.464</b>	<b>2.112</b>	<b>2.542</b>	<b>2.646</b>

*Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)*  
No que diz respeito ao risco de contraparte relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

**Segmento de Soluções Financeiras**  
**Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (Gestão de risco de crédito)**

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

- Ferramentas de tomada de decisão como, por exemplo, softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;
- Bases de dados de investigação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;
- Gestão ativa da base de clientes existente (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);
- Gestão ativa de processos de recebimento;
- Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle; e
- O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

*Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor*  
A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito, sendo que a descrição de cada estágio é descrita a seguir:

**Estágio 1:** instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o *default* resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

**Estágio 2:** Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada

por inadimplência reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de *default*; e  
**Estágio 3:** Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em *default* (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

A composição da carteira de crédito ao consumidor, assim como da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro, por estágio em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022			
	Crédito ao consumidor	PCLD	Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD	%
Estágio 1	14.214	(760)	9,2%	11.153	(462)	7,6%
Estágio 2	1.543	(477)	5,8%	2.224	(576)	9,5%
Estágio 3	8.463	(6.681)	81,0%	6.149	(4.766)	78,2%
<b>Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras</b>	<b>24.220</b>	<b>(7.918)</b>	<b>32,7%</b>	<b>19.526</b>	<b>(5.804)</b>	<b>29,7%</b>
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(7.918)			(5.804)		
<b>Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido</b>	<b>16.302</b>			<b>13.722</b>		
Compromissos contingentes	(326)			(289)		
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(8.244)			(6.093)		

A provisão sobre os compromissos contingente (linha de créditos dados aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 18.1.

Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e observa também a regulamentação bancária brasileira. O modelo é baseado nas seguintes etapas:

- Classificação dos créditos aos consumidores em 3 estágios, de acordo com o aumento de risco constatado desde a origem do crédito;
- Modelagem de perda dada à inadimplência e taxas de recuperação; e
- Reavaliação da classificação dos créditos e cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro de acordo com as perdas esperadas em todos os estágios carteira de empréstimos na data de cada demonstração financeira.

**Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro (Em milhões de Reais)**

<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>		<b>(3.829)</b>
Constituição		(2.182)
Reversão		207
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>		<b>(5.804)</b>
Constituição		(2.469)
Reversão		355
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>(7.918)</b>

**Nota 28.8. Contabilidade de hedge e instrumentos derivativos**  
Conforme descrito na nota 28.3 a Companhia fez captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita a seguir:

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros

resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

**(a) Hedge de fluxo de caixa**  
O Grupo efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares e utiliza instrumentos financeiros derivativos como hedge de fluxo de caixa. Os valores justos destes instrumentos derivativos são apresentados no quadro abaixo:

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
Euro	NDF	De 26/05/2022 a 21/12/2023	De 05/01/2024 a 05/07/2024	16	Média 5,3319	Média 5,4613	(1)
Dólar	NDF	De 19/12/2022 a 21/12/2023	De 05/01/2024 a 19/12/2024	62	Média 4,9700	Média 5,1415	(23)
Euro	NDF	De 21/08/2022 a 26/12/2023	De 02/01/2024 a 08/04/2024	3	Média 5,1855	Média 5,3956	-
Dólar	NDF	De 29/08/2022 a 26/12/2023	De 02/01/2024 a 16/05/2024	4	Média 4,9419	Média 4,9890	(2)
				<b>85</b>			<b>(26)</b>

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
Euro	NDF	De 26/11/2021 a 27/12/2022	De 05/01/2023 a 05/10/2023	18	Média 5,4952	Média 5,6882	-
Dólar	NDF	De 26/11/2021 a 27/12/2022	De 05/01/2023 a 18/04/2024	101	Média 5,1799	Média 5,5003	(4)
Euro	NDF	De 20/09/2022 a 26/12/2022	De 02/01/2023 a 03/04/2023	3	Média 5,2472	Média 5,5356	1
Dólar	NDF	De 20/09/2022 a 26/12/2022	De 02/01/2023 a 10/04/2023	4	Média 5,3302	Média 5,3360	1
				<b>126</b>			<b>(2)</b>

Os instrumentos derivativos têm os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Objeto de Hedge (empréstimos)										Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Variação cambial reconhecida no resultado do exercício	Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo			
																	H 11/01/2021	11/01/2022	Euro
I 13/01/2021	12/01/2022	Euro	100	6,4528	(3)	BNP Paribas	NDF	13/01/2021	12/01/2022	100	6,4528	6,6558	(1)	3	(1)	-			
			<b>150</b>		<b>(9)</b>					<b>150</b>			<b>(2)</b>	<b>9</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>			

Objeto de Hedge (empréstimos)										Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo				
																J 19/01/2021	19/01/2022	Euro	100
			<b>100</b>		<b>4</b>							<b>1</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>				

**(b) Hedge de valor justo**  
Para os empréstimos 4131 captados em setembro de 2021, janeiro de 2022, janeiro, abril e dezembro de 2023, a Companhia contratou instrumentos derivativos como instrumento de hedge de valor justo para a variação nas taxas de câmbio e juros. Os instrumentos derivativos têm os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Objeto de Hedge (empréstimos)										Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Contraparte	Natureza	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo				
																16/04/2020	14/04/2023	Euro	67
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	23	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI + 1%	(1)	21	(13)	-				
20/09/2021	20/09/2024	Reais	620	N/A	-	BNP Paribas	Juros	20/09/2021	20/09/2024	R\$ (Pré 10,484%)	CDI + 0,88%	-	-	-	-				
20/09/2021	20/09/2023	Euro	43	6,1950	16	Banco Itaú	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	0,9059% a.a.	CDI + 1,21%	1	69	(26)	-				
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	150	5,2700	56	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,8235% a.a.	CDI + 1,05%	2	74	(95)	(115)				
20/09/2021	20/09/2023	Dólar	50	5,2800	18	JP Morgan	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	1,8706% a.a.	CDI + 1,31%	1	46	(24)	-				
05/01/2022	05/06/2023	Dólar	180	5,6309	33	Bank of America	Moeda	05/01/2022	05/06/2023	1,5400% a.a.	CDI + 0,76%	1	154	(52)	-				
06/01/2022	07/06/2023	Dólar	100	5,6676	29	Scotia	Moeda	06/01/2022	07/06/2023	1,0838% a.a.	CDI + 0,79%	2	123	(31)	-				
06/01/2022	08/05/2023	Dólar	100	5,6770	25	Intesa	Moeda	06/01/2022	08/05/2023	1,7100% a.a.	CDI + 0,82%	1	112	(24)	-				
07/01/2022	05/05/2023	Dólar	140	5,6628	27	Citibank	Moeda	07/01/2022	05/05/2023	1,4027% a.a.	CDI + 0,88%	-	156	(33)	-				
10/01/2023	20/12/2023	Dólar	75	5,2855	26	Bank of America	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	6,8118% a.a.	CDI + 0,76%	-	28	(28)	-				
10/01/2023	20/12/2023	Euro	100	5,6040	26	BNP Paribas	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	4,2440% a.a.	CDI + 0,66%	-	51	(51)	-				
10/01/2023	20/12/2023	Dólar	60	5,2855	21	Citibank	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	6,4376% a.a.	CDI + 0,79%	1	23	(24)	-				
10/01/2023	20/12/2023	Dólar	200	5,2967	86	Scotiabank	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	6,0100% a.a.	CDI + 0,79%	-	80	(80)	-				
14/04/2023	14/04/2025	Euro	67	5,4272	5	Credit Agricole	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	4,8188% a.a.	110,60% CDI	-	12	(24)	(12)				
14/04/2023	14/04/2025	Euro	70	5,4272	5	BNP Paribas	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	5,1600% a.a.	110,60% CDI	(1)	(5)	(24)	(30)				
20/12/2023	19/12/2024	Euro	50	5,3919	2	Credit Agricole	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	4,6765% a.a.	CDI + 0,55%	-	(3)	-	(3)				
20/12/2023	19/12/2024	Dólar	73	4,9393	7	Intesa	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	6,4000% a.a.	CDI + 0,75%	-	(8)	-	(8)				
20/12/2023	19/12/2024	Euro	28	5,3919	1	BNP Paribas	Moeda	20/12/2023	19/12/2024										

continuação



**Nota 29: Partes Relacionadas**

O acionista controlador direto da Companhia é o Carrefour Nederland BV, sediado na Holanda e seu acionista controlador em última instância é o Carrefour S.A., sediado na França.

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais para compra e venda de mercadorias, despesas com pessoal, empréstimos, acordos de compartilhamento de custos e serviços de tecnologia da informação. Os saldos de contas a receber e contas a pagar referentes às transações com partes relacionadas são os seguintes:

- Contas a receber - Verbas comerciais a receber - estes valores referem-se principalmente a bonificações comerciais remetidas pelo Carrefour World Trade ("CWT") baseados no atendimento de condições e compromissos comerciais estabelecidos no contrato global negociado pela CWT com fornecedores, cujo objetivo é gerar sinergias com as empresas do Grupo Carrefour por meio da adoção de uma estratégia de alinhamento na seleção de fornecedores;
- Fornecedores e outras contas a pagar - estes valores referem-se à compra de mercadorias e produtos e/ou prestação de serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais;
- Empréstimos - estes montantes referem-se a contratos de empréstimo concedidos pelo Carrefour Finance (Nota 28.3);
- Remuneração da Administração - os valores e divulgações referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados na Nota 32.3;
- Acordo de compartilhamento de gastos - correspondem a serviços prestados pela sede do Carrefour na França, prestados para o Grupo;
- Serviços de TI - Carrefour Systèmes d'Information presta serviços de manutenção, operação e suporte de equipes em relação a aplicações de tecnologia da informação;
- Corresponsável de Serviços Bancários - as lojas atuam como correspondentes bancários do Banco CSF, oferecendo soluções financeiras para os clientes, sendo remunerados como tal pelo Banco CSF; e
- Com relação ao acordo de licenciamento de marca, o Carrefour S.A. concedeu ao CCI o direito de utilizar suas marcas e logotipos com o nome Carrefour por uma taxa que depende do percentual de vendas e de certos parâmetros a serem atingidos, após a dedução das despesas de publicidade.
- Walmart US - despesas de royalties com a marca "Sam's Club", que deverão ser integralmente pagas trimestralmente.

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do balanço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram as seguintes:

	31 de dezembro de 2023								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Outras receitas	Despesas antecipadas	Outras contas a receber	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	84	-	<b>84</b>
<b>Controladas</b>									
Banco CSF S.A.	474	12	-	486	-	26	66	194	<b>286</b>
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	-	3	179	182	-	-	21	-	<b>21</b>
Grupo BIG Brasil S.A.	249	102	39	390	-	-	493	-	<b>493</b>
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	20	-	20	-	-	-	-	<b>-</b>
<b>Outras partes relacionadas</b>									
Carrefour World Trade	122	-	-	122	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	-	-	-	8.781	-	-	-	<b>8.781</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	37	-	<b>37</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	9	-	<b>9</b>
<b>Total</b>	<b>845</b>	<b>137</b>	<b>218</b>	<b>1.200</b>	<b>8.781</b>	<b>26</b>	<b>710</b>	<b>194</b>	<b>9.711</b>

	31 de dezembro de 2022								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Outras receitas	Despesas antecipadas	Outras contas a receber	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	88	-	<b>88</b>
<b>Controladas</b>									
Banco CSF S.A.	374	11	-	385	-	27	56	220	<b>303</b>
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	-	1	-	1	-	-	35	-	<b>35</b>
Grupo BIG Brasil S.A.	221	-	-	221	-	-	13	-	<b>13</b>
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	18	-	18	-	-	-	-	<b>-</b>
<b>Outras partes relacionadas</b>									
Carrefour World Trade	76	-	-	76	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	-	2	2	6.348	-	-	-	<b>6.348</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	17	-	<b>17</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	9	-	<b>9</b>
<b>Total</b>	<b>671</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>703</b>	<b>6.348</b>	<b>27</b>	<b>218</b>	<b>220</b>	<b>6.813</b>

	31 de dezembro de 2023								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras receitas	Outras contas a receber	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	-	181	<b>181</b>
<b>Controladas</b>									
Carrefour Management	-	-	-	-	-	-	-	1	<b>1</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	4	4	-	-	-	86	<b>86</b>
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	-	6	<b>6</b>
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	40	-	<b>40</b>
Carrefour World Trade	169	-	-	169	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	2	-	2	6.348	-	-	-	<b>6.348</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	9	<b>9</b>
Walmart US	-	-	-	-	-	-	-	20	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>173</b>	<b>8.781</b>	<b>40</b>	<b>303</b>	<b>9.124</b>	

	31 de dezembro de 2022								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras receitas	Outras contas a receber	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	-	157	<b>157</b>
<b>Controladas</b>									
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	-	1	<b>1</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	57	<b>57</b>
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	-	6	<b>6</b>
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	40	-	<b>40</b>
Carrefour World Trade	111	-	-	111	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	2	-	2	6.348	-	-	-	<b>6.348</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	9	<b>9</b>
Walmart US	-	-	-	-	-	-	-	24	<b>24</b>
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>115</b>	<b>6.348</b>	<b>129</b>	<b>254</b>	<b>6.731</b>	

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram as seguintes:

	31 de dezembro de 2023								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras receitas	Outras contas a receber	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	-	181	<b>181</b>
<b>Controladas</b>									
Carrefour Management	-	-	-	-	-	-	-	1	<b>1</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	4	4	-	-	-	86	<b>86</b>
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	-	6	<b>6</b>
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	40	-	<b>40</b>
Carrefour World Trade	169	-	-	169	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	2	-	2	6.348	-	-	-	<b>6.348</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	9	<b>9</b>
Walmart US	-	-	-	-	-	-	-	20	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>173</b>	<b>8.781</b>	<b>40</b>	<b>303</b>	<b>9.124</b>	

	31 de dezembro de 2022								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras receitas	Outras contas a receber	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	-	157	<b>157</b>
<b>Controladas</b>									
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	-	1	<b>1</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	57	<b>57</b>
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	-	6	<b>6</b>
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	40	-	<b>40</b>
Carrefour World Trade	111	-	-	111	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	2	-	2	6.348	-	-	-	<b>6.348</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	9	<b>9</b>
Walmart US	-	-	-	-	-	-	-	24	<b>24</b>
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>115</b>	<b>6.348</b>	<b>129</b>	<b>254</b>	<b>6.731</b>	

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram as seguintes:

	31 de dezembro de 2023								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras receitas	Outras contas a receber	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	-	157	<b>157</b>
<b>Controladas</b>									
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	-	1	<b>1</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	57	<b>57</b>
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	-	6	<b>6</b>
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	40	-	<b>40</b>
Carrefour World Trade	111	-	-	111	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	2	-	2	6.348	-	-	-	<b>6.348</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	9	<b>9</b>
Walmart US	-	-	-	-	-	-	-	24	<b>24</b>
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>115</b>	<b>6.348</b>	<b>129</b>	<b>254</b>	<b>6.731</b>	

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram as seguintes:

	31 de dezembro de 2023								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras receitas	Outras contas a receber	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	-	157	<b>157</b>
<b>Controladas</b>									
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	-	1	<b>1</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	57	<b>57</b>
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	-	6	<b>6</b>
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	40	-	<b>40</b>
Carrefour World Trade	111	-	-	111	-	-	-	-	<b>-</b>
Carrefour Finance	-	2	-	2	6.348	-	-	-	<b>6.348</b>
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	9	<b>9</b>
Walmart US	-	-	-	-	-	-	-	24	<b>24</b>
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>115</b>	<b>6.348</b>	<b>129</b>	<b>254</b>	<b>6.731</b>	

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram as seguintes:

	31 de dezembro de 2023								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras receitas	Outras contas a receber	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
<b>(Em milhões de Reais)</b>									
<b>Controladoras</b>	-	-	-	-	-	-	-	157	<b>157</b>
<b>Controladas</b>									
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	-	1	<b>1</b>
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	57	<b>57</b>
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	-	6	<b>6</b>
Carrefour Import S.A.	-	-	-						



continuação



de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas, (ii) o preço de exercício das opções outorgadas, (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (vesting) (iv) as condições para acessar as opções na data de vesting ou outros eventos que impactariam a data de vesting. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (non-market vesting conditions).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

<b>Número de opções autorizadas</b> <sup>(1)</sup>	9.283.783
<b>Prazo de vida contratual esperada das opções</b>	6 anos
<b>Número de executivos elegíveis</b>	46
<b>Período de exercício das opções</b> <sup>(2)</sup>	A partir do IPO até 21 de março de 2023
<b>Preço de exercício (em R\$ por opção)</b>	11,70

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017,

(2) as opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Companhia e se o beneficiário ainda é empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

-1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;

-1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e

-1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

(i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;

(ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e

(iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O vesting do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu vesting period completo e 24 meses depois, o terceiro. O movimento no período das opções outorgadas neste Plano está apresentado na nota 31.1 (c).

(ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações (antigo "Segundo Plano de Opções de Compra de Ações") - ("Plano Regular")

O segundo plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 26 de junho de 2017, e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2020, por meio da qual passou a ser denominado "Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações", tendo sido incluída a possibilidade de outorga de ações restritas, além das já previstas opções de compra de ações. As outorgas são anuais e suas principais diretrizes compreendem:

• **Elegibilidade:** nossos administradores e empregados, bem como os administradores e empregados de nossas sociedades controladas;

• **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo nosso Conselho de Administração;

• **Prazo para que as opções ou ações restritas se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;

• **Prazo máximo para exercício:** até o final do 6º ano da data de tal plano;

• **Diluição societária máxima:** 2,5% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções ou ações restritas concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e

• **Preço de exercício das opções:** será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

• **Meta de performance:** o total das opções e/ou ações restritas poderá ser vinculado a metas de performance, a serem definidas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

**Número de opções autorizadas** <sup>(1)</sup> 3.978.055

**Prazo de vida contratual esperada das opções** 6 anos

**Número de executivos elegíveis** 92

**Período de exercício das opções** <sup>(2)</sup> Entre 26 de setembro de 2022 e 26 de setembro de 2025

**Preço de exercício (em R\$ por opção)** 21,98

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019;

(2) as opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

(b) Mensuração de valor justo

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

	Pré-IPO	Regular
--	---------	---------

Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção) 3,73 5,20

Valor justo do preço da ação (R\$ por ação) 11,70 21,98

Rendimento de dividendos (%) 1,35 1,09

Volatilidade esperada (%) 29,02 27,20

Taxa de retorno livre de risco (%) 10,25 5,57

Prazo de vida esperada das opções (anos) 2,72 3

Modelo utilizado Black-Scholes Black-Scholes

**Volatilidade e rendimento de dividendos**

i. Plano Pré-IPO: sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

ii. Plano regular: a Companhia utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pela Companhia no período de 2018.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 5,57%.

(c) Conciliação de opções de compra de ações em circulação

Os movimentos no plano de opções de ações no período foram os seguintes:

**Pré-IPO Regular**

**Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2023** 1.123.681 3.159.255

(+) Opções concedidas no período - -

(-) Opções exercidas no período (1.100.345) -

(-) Opções canceladas no período (23.336) -

**Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2023** - 3.159.255

**Nota 31.2. Planos de remuneração em ações**

(i) Plano Grupo

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 16 de fevereiro de 2022, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 14 de fevereiro de 2023, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O vesting period é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar as ações somente se permanecer no Grupo até o término do vesting period e atingir determinadas metas. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Condições relacionadas à performance financeira (Resultado operacional corrente, Fluxo de caixa ajustado para as autorizações concedidas em 2019 e 2020, e Fluxo de caixa livre líquido para as autorizações concedidas em 2021 e 2022);

- Retorno total ao Acionista; e

- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados abaixo:

**26 de fevereiro de 2020** **17 de fevereiro de 2021** **16 de fevereiro de 2022** **14 de fevereiro de 2023**

Data da Outorga <sup>(1)</sup> 27 de fevereiro de 2023 17 de fevereiro de 2024 16 de fevereiro de 2025 14 de fevereiro de 2026

Total de número ações outorgadas na data de outorga 196.478 249.100 166.200 102.500

Número de ações outorgadas 196.478 249.100 166.200 102.500

Valor justo de cada ação (em €) <sup>(9)</sup> 13,05 11,85 17,14 12,92

(1) Data da notificação (Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(2) as ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do vesting period e se as condições de performance forem atingidas.

(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o vesting period.

(ii) Plano Regular

Em 10 de novembro de 2020, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 25 de agosto de 2021, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 05 de maio de 2022, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 01 de junho de 2023, baseado na recomendação do comitê de Recursos Hu-

**Número de ações autorizadas** <sup>(1)</sup>

**Número de ações outorgadas**

**Número de executivos elegíveis**

**Data da outorga** <sup>(9)</sup>

**Data do vesting** <sup>(2)</sup>

**Valor justo de cada ação (em R\$)**

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020 (outorga 2021), 25 de agosto de 2021 (outorga 2021) e 25 de maio de 2022;

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

(c) Conciliação dos planos de ações em circulação

**Plano Global Plano Regular Plano Global Plano Regular Plano Global Plano Regular**

**2020 2020 2021 2021 2022 2022**

**Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2023** 239.757 977.140 288.500 1.523.235 139.550 1.998.945

(+) Opções concedidas no período - - - - -

(-) Ações exercidas no período (239.757) (529.780) - - -

(-) Ações canceladas no período - (447.360) (117.300) (201.408) - (235.300)

**Ações em 31 de dezembro de 2023** - - 171.200 1.321.827 139.550 1.763.645

**Ações exercíveis** - - - - -

**Nota 31.3. Despesas reconhecidas no resultado**

Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.

**Nota 32: Remuneração dos Empregados e Benefícios**

**Políticas contábeis**

Os empregados do Grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros e resultados) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

**Nota 32.1. Descrição dos planos de contribuição definida**

**Políticas contábeis**

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

**Planos de contribuição definida**

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsadas ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

**Programas de saúde**

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação prevista na Lei nº 9656/98.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

Nossas controladas CCI e BIG e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourpense Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores totalizaram R\$ 11 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10 milhões em 31 de dezembro de 2022).

**Nota 32.2. Obrigações trabalhistas**

Os saldos relativos aos principais benefícios concedidos aos empregados estão representados a seguir:

**(Em milhões de reais)**

**Controladora Consolidado**

**31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022**

Provisão de férias e encargos 182 173 489 488

Salários a pagar e encargos 191 155 477 410

Provisão de 13º salário e encargos - - - -

Provisão de bônus 124 156 330 414

Outras obrigações a pagar 25 20 31 25

**Obrigações trabalhistas** 522 504 1.327 1.337

**Nota 32.3. Remuneração da Administração e Conselho Fiscal**

O Conselho de Administração (17 membros) não recebeu remuneração, exceto pelos três conselheiros independentes. A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Administração e Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

**Controladora Consolidado**

**(Em milhões de reais, exceto número de executivos)**

**31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022**

Remuneração do período 2 8 16 19

Remuneração em opções de compra de ações - 4 8 7

Bônus - 4 10 10

Benefício de serviço (acomodação e carro da Companhia) 1 2 4 4

**Total pago da compensação no período** 3 18 38 40

Impostos sobre a folha de pagamento do empregador - 7 - 11

Benefícios de rescisão - - - 3

Número de executivos 1 3 17 13

Números de executivos - Conselho Fiscal - - 3 -

**Nota 33: Compromissos Futuros não Registrados no Balanço**

**Políticas contábeis**

Os compromissos assumidos e recebidos pelo Grupo que não são reconhecidos no balanço patrimonial correspondem a obrigações contratuais cujo desempenho depende da ocorrência de condições ou transações após o encerramento do exercício. Existem dois tipos de compromissos não registrados no balanço, relacionados a (i) transações de gerenciamento de caixa e (ii) operações de varejo. Os compromissos futuros de locação têm origem no recebimento de aluguel de unidades em shopping centers e galerias de propriedade do Grupo arrendadas a terceiros (compromissos recebidos).

**Compromissos assumidos**

**Consolidado**

**(Em milhões de Reais)**

**Vencimento**

**Dentro De 1 a Após 5**

**31/12/2023 de 1 ano 5 anos anos 31/12/2022**

**Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa** 12.975 12.975 - - 11.938

**Relacionado com operações** 7.111 2.945 3.687 479 6.071

**Total** 20.086 15.920 3.687 479 18.009

**Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:**

• compromissos de crédito concedidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. Os valores correspondem ao limite de cartão de crédito já aprovados e ainda não utilizados. A CSF tem a possibilidade de reaver as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto é classificado como curto prazo;

• a CSF possui outras linhas de crédito como "empréstimos pessoais", porém sujeitas a aprovação prévia para serem concedidas e formadas com clientes.

**Relacionados com operações incluem:**

• compromissos de compra de energia até 5 anos; e

• compromissos de compra de combustível em relação à nossa atividade de venda de combustíveis.

Tais compromissos incluem operações envolvendo o Grupo Big, na qual o processo de aquisição e alocação do preço foi concluído em 2023, conforme descrito na Nota 3.

**↳ Diretoria**

**Stéphane Maquaire**

Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil

**Marco Aparecido de Oliveira**

Diretor-Presidente - Atacadão

**Pablo Lorenzo**

Diretor Executivo de Operações - Grupo Carrefour Brasil

manos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

O vesting period é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar a totalidade das ações somente se permanecer no Grupo até o término do vesting period e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar as ações pró-rata no final do vesting period. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);

- Retorno total ao Acionista; e

- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

**Plano Local 2020 Plano Local 2021 Plano Local 2022 Plano Local 2023**

1.291.074 1.832.230 1.998.945 2.063.975

1.028.221 1.556.541 1.998.945 2.063.975

80 124 125 117

10/11/2020 25/08/2021 05/05/2022 01/06/2023

10/11/2023 25/08/2024 05/05/2025 01/06/2026

17,35 14,56 13,10 14,38

continuação



## Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

**Introdução:** De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na Resolução CVM nº 23/21, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A. ("Comitê" e "Companhia", respectivamente) deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a Administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê é composto atualmente por três membros, os quais também são membros do Conselho de Administração. **Atividades:** Durante o ano de 2023, o Comitê realizou quatro (4) reuniões ordinárias, com o principal propósito de, entre outros assuntos, (i) revisar as demonstrações financeiras da Companhia e as informações financeiras trimestrais, e (ii) revisar e fazer recomendações sobre as competências da área de Auditoria Interna, seu plano de trabalho, além de avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna. Dentro das principais atividades do ano de 2023, o Comitê acompanhou de perto as medidas adotadas pela administração da Companhia, juntamente com assessores externos especializados, no que diz respeito ao processo de integração do Grupo BIG Brasil S.A. ("Grupo Big"), bem como a respectiva conversão de lojas. O Comitê também tomou conhecimento sobre o relato dos auditores externos da Deloitte, em especial em relação às demonstrações financeiras trimestrais, e também

para entender e avaliar a metodologia do processo de auditoria, as áreas de foco em relação aos principais riscos, o cronograma do processo de auditoria e as alçadas de materialidade. Por fim, como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanhou de perto o plano de trabalho do Departamento de Auditoria Interna, incluindo o orçamento, o escopo dos trabalhos, assuntos de tecnologia da informação, gerenciamento de crises, recomendando alguns ajustes, quando necessário, bem como das atividades do Departamento de Controles Internos, incluindo com relação aos avanços relativos aos sistemas da Companhia, e a respectiva integração como o Grupo Big. Em cada reunião do Conselho de Administração, um relatório resumido das atividades do Comitê foi apresentado pelo Coordenador do Comitê, bem como as respectivas recomendações, quando aplicável, e discutido com os membros do Conselho de Administração. **Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras:** Os membros do Comitê examinaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e com base no relatório preparado pela Deloitte Auditores Independentes, recomendaram a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2024.

**Mathieu Malige**

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

**Laurent Vallée**

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

**Cláudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira**

Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Atacadão S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (a) as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (controlados e consolidado), (b) o relatório da administração, e (c) o relatório de auditor

**Marcelo Amaral Moraes**  
Presidente

independente emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu, sem quaisquer ressalvas, em 19 de fevereiro de 2024.

Como base nos documentos elencados acima, bem como nos esclarecimentos prestados pela Companhia por meio de sua administração, os membros do

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024  
**Rosana Cristina Avólio**  
Membro

## Declaração dos Diretores Acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instituição CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, os abaixo assinados, Diretores do ATACADÃO S.A. ("a Companhia"), Declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

**Stéphane Maquaire**

Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil

**Eric Alencar**

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores - Grupo Carrefour Brasil

**Pablo Lorenzo**

Diretor Executivo de Operações - Grupo Carrefour Brasil

**Marco Aparecido de Oliveira**

Diretor-Presidente - Atacadão

**David Fernandes**

Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração encontram-se adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

**Alexandre Pedercini Issa**  
Membro

## Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros do

**Atacadão S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atacadão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos tributários: Porque é um PAA:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a fiscalização por parte das autoridades competentes e é parte envolvida em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades oriundas de diversas contingências tributárias. A Diretoria da Companhia, junto a seus assessores jurídicos usa julgamento significativo para determinar a necessidade de reconhecimento das provisões e divulgações requeridas sobre os respectivos processos administrativos, judiciais e outros passivos contingentes. Os julgamentos significativos da Companhia incluem incertezas em certas premissas utilizadas para estimar a probabilidade e a mensuração da saída de caixa futura. Adicionalmente, a complexidade do ambiente tributário e eventuais alterações nas condições externas e posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar de forma significativa nas provisões e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Desta forma, devido a relevância dos valores envolvidos, julgamento significativo e complexidade tributária, esse assunto requisitou um alto nível de julgamento do auditor independente e foi considerado um assunto principal em nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários e determinação da probabilidade de perda dos riscos tributários; ii) obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Diretoria da Companhia sobre o risco de perda e valores dos processos tributários; iii) envolvimento de nossos especialistas como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Diretoria e seus assessores jurídicos nos processos tributários mais significativos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que não foram refletidos pela Diretoria, e apesar de materiais no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, afetaram a mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para a provisão de riscos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Porque é um PAA:** Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 28.7 às demonstrações financeiras, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída

levando em consideração a CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros "Financial Instruments". Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas. A Companhia desenvolveu e implementou políticas e metodologias de mensuração da provisão para perdas esperadas para cobrir os seus riscos de crédito das operações de crédito. A Companhia utiliza modelo interno na apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cuja mensuração leva em consideração determinadas premissas sobre as perdas históricas na carteira de operações crédito, assim como projeções futuras. A perda esperada de crédito é calculada com base em critérios matemáticos e estatísticos para toda a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, que consideram a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no CPC 48/IFRS 9 em função das mudanças na qualidade do crédito transacionado à época. Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e premissas por parte da Diretoria utilizados no modelo interno para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, esse assunto foi considerado como um assunto principal em nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (b) leitura da política e entendimento dos critérios de provisionamento da Companhia para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas atuariais na revisão do modelo utilizado e das premissas adotadas; (d) avaliação da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (e) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bem como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não

tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Fernando Stolf Litwin**  
Contador  
CRC nº 1 SP 228416/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>